Nº610 • SET/OUT'25 • €1.50

REVISTA DA ARMADA

FUZILEIROS PORTUGUESES NA LITUÂNIA

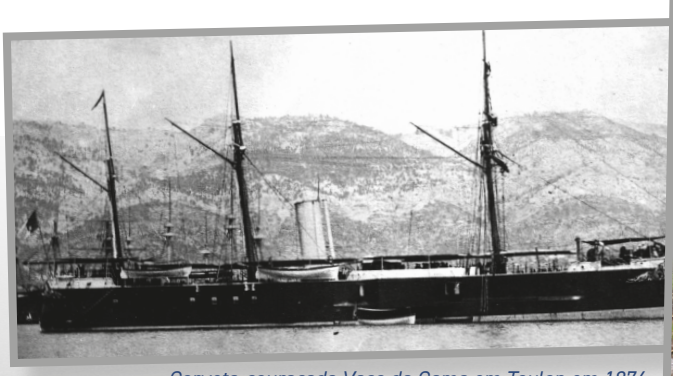
7ª FORÇA NACIONAL DESTACADA

CURIOSIDADES

SABIA QUE EXISTIU UM CRUZADOR-COURAÇADO CHAMADO *VASCO DA GAMA*?

A *Vasco da Gama* foi construída pela *Thames Iron Works and Shipbuilding Company*, de *Blackwall*, na Inglaterra, e lançada à água em dezembro de 1875. Um ano depois, a 20 de junho, foi incorporada na Armada, como Corveta-couraçada.
Quando chegou a Lisboa, teve vários empenhos diplomáticos e operacionais na Europa, na África e na Ásia.
Em 1901, seguiu para Livorno para receber importantes fabricos nos estaleiros de *Fratelli Orlando*, em Itália, e após os trabalhos de reconstrução foi lançada à água em 1902 regressando a Portugal no ano seguinte, já com a classificação de **Cruzador-couraçado**.
Depois da renovação, foi empenhado em Macau e Timor e, em 1912, esteve envolvido nas ações militares contra a chamada "monarquia do Norte" e em várias ações militares na conturbada Primeira República. Em 1931, escoltou de Lisboa os navios que foram dominar a "revolta da Madeira".
Ao fim de 60 anos de atividade operacional foi abatido ao efetivo da Armada, em 25 de novembro de 1936, contando com 50 comandantes.
No exterior do Museu de Marinha podemos encontrar uma das escotilhas exteriores do navio e duas placas do casco que serviram para ensaio de resistência e que apresentam os danos de vários projéteis.

Colaboração do Museu de Marinha



Corveta-couraçada Vaco da Gama em Toulon em 1876

À esq. porta da Casamata do Cruzador-couraçado Vasco da Gama. A Casamata era o compartimento onde se encontrava instalada a artilharia de 8 polegadas (20,32 cm) À dir. placas que serviram para ensaio e resistência da couraça com 6 polegadas (15,24 cm) de espessura.

Cruzador Vasco da Gama

Fotos Museu de Marinha

SUMÁRIO

02 Curiosidades

04 Tomadas de Posse | Entregas de Comando

10 Fuzileiros Portugueses na Lituânia
7ª Força Nacional Destacada

12 Guiné-Bissau
O Narcotráfico e a Luta por Estabilidade
Conclusão

14 Os três Pilares da Expansão Marítima Portuguesa
Tradição, Liderança e Tecnocracia
O Pilar da Liderança carismática do
Infante D. Henrique
Parte 2

16 Guerra no Pacífico – Okinawa

23 Gentes, Monumentos e Acontecimentos (10)

28 Vigia da História ~ 147

29 Dia do Estagiário | 5ª Edição
Escola de Fuzileiros

30 Renovadas Histórias da Botica ~ 85

32 *Command Senior Enlisted Leader*
21ª Conferência anual

33 Quarto de Folga

34 Notícias Pessoais

CC Marinha Portuguesa em Selos (XV)

DESTAQUES

07 Visita do Secretário de Estado Adjunto
e da Política da Defesa Nacional à Marinha

08 Exercício C-UAS 2025
Marinha Portuguesa testa capacidades
de combate contra drones

17 Swaims
Support to west africa integrated
maritime security

Capa
Fuzileiros Portugueses na Lituânia – 7ª Força Nacional Destacada
Foto Força de Fuzileiros Lituânia 2025

Diretor
CALM AN Nelson Alves Domingos

Subdiretor
CTEN TSN – COM Ana Alexandra Gago de Brito

Coordenador da Redação
STEN TN (RP) Ana Catarina Marques Gomes

Designer Gráfico
STEN TSN (DSG) Mariana Gonçalves Lage

Secretário da Redação
SCH CM Paulo Jorge Dias Matias

Administração, Redação e Edição
Revista da Armada – Edifício das Instalações
Centrais de Marinha – Rua do Arsenal
1149 – 001 Lisboa – Portugal
Telef. +351 211 593 251

Redação
revista.armada@marinha.pt

Secretaria/Assinaturas
ra.secretaria@marinha.pt
Telef. +351 211 593 251

Estatuto Editorial
www.marinha.pt/pt/Serviços/Paginas/revista-armada.aspx

Paginação eletrónica e produção
AVCprint – Artes Gráficas
Rua dos Juncais nº 2–A
2665–241 Malveira
Telef. +351 219 750 561
(Chamada para rede fixa nacional)

Publicação Oficial da Marinha
Periodicidade mensal
Nº 610 / Ano LV
Setembro/Outubro 2025

Tiragem média mensal
3250 exemplares

Revista registada na ERC
Registo nº 127719
Depósito legal nº 55737/92
ISSN 0870–9343

Propriedade
Marinha Portuguesa
NIPC 600012662

REVISTA DA ARMADA

TOMADAS DE POSSE | ENTREGAS DE COMANDO

NOVO DIRETOR-GERAL DA AUTORIDADE MARÍTIMA E COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MARÍTIMA

Realizou-se no dia 9 de julho a tomada de posse do novo Diretor-Geral da Autoridade Marítima e Comandante-Geral da Polícia Marítima, VALM Nuno Chaves Ferreira, rendendo no cargo o VALM José Vizinha Mirones. A cerimónia, que decorreu na Casa da Balança, foi presidida pelo Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional Álvaro Castello-Branco, e contou com a presença do Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional, ALM Jorge Nobre de Sousa, entre outras entidades. O Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional procedeu à condecoração do VALM José Vizinha Mirones com a Medalha Militar da Cruz Naval, 1ª Classe, pelo trabalho desenvolvido ao longo de quase um ano, enquanto Diretor-Geral da Autoridade Marítima e Comandante-Geral da Polícia Marítima.

No discurso de tomada de posse, o VALM Nuno Chaves Ferreira sublinhou que tudo fará para corresponder às expectativas em si depositadas: "todo o conhecimento, experiência e espírito de missão ao serviço das funções" que agora assume, destacando que trabalhará com rigor, estará com os profissionais na linha da frente, manterá uma disponibilidade permanente para o serviço e desenvolverá uma visão prospetiva. Deixou ainda uma palavra para todos os militares, militarizados e civis que prestam serviço na Direção-Geral da Autoridade Marítima e na Polícia Marítima, garantindo estar certo de que o empenho e competência de todos "permitirá superar os desafios que temos pela frente, continuando a honrar e contribuir para o cumprimento da nossa missão e prestígio da instituição". O Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional agradeceu ao VALM José Vizinha Mirones, tendo salientado que "a sua carreira é o exemplo maior de dedicação e competência e serviço à pátria". Dirigiu também as suas palavras ao novo Diretor-Geral da Autoridade Marítima e Comandante-Geral da Polícia Marítima, afirmando que "a sua experiência e competência são garantia de continuidade e renovação num tempo em que os desafios do mar exigem respostas mais integradas, modernas e eficazes".

Foto STEN TN (DSO) Eva Ferreira

Colaboração da ***DIREÇÃO-GERAL DA AUTORIDADE MARÍTIMA***

SÍNTESE CURRICULAR

O VALM Nuno Chaves Ferreira nasceu em Lisboa, e ingressou na Escola Naval (EN) em 1982, tendo concluído a licenciatura em Ciências Militares Navais, classe de Marinha, em 1987.

Especializou-se em Comunicações e possui, entre outros, o Curso Geral Naval de Guerra, o Curso de Promoção a Oficial General, a Licenciatura em Relações Internacionais do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa e frequenta, atualmente, o doutoramento em Relações Internacionais na mesma universidade.

No mar desempenhou cargos em várias unidades navais. Exerceu os comandos do NRP *Limpopo* de julho de 1992 a novembro de 1993, do NRP *Honório Barreto*, de setembro de 2000 a março de 2002, e do NRP *Augusto Castilho*, de março de 2002 a outubro de 2002.

Em terra, exerceu as funções de Ajudante-de-ordens do Almirante Chefe de Estado-Maior da Armada e, posteriormente, do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, até julho de 1997. Prestou serviço na Divisão de Operações do EMA, de julho de 1997 a julho de 2000. Foi professor na EN, onde lecionou Operações Navais, de setembro de 2003 a maio de 2005. Fora da estrutura das Forças Armadas desempenhou funções de Conselheiro do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, até junho de 2006, e de Adjunto do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, de junho de 2006 a junho de 2008. Foi colocado na Representação Permanente de Portugal junto da UE como Representante Nacional no Grupo Político-militar e no Grupo da Política Marítima Integrada, até agosto de 2011. Regressou ao Estado-Maior da Armada como Chefe de Gabinete do Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada, tendo em outubro de 2012 assumido a chefia da Divisão de Recursos. Em 2016 tomou posse como Chefe de Gabinete do Diretor-Geral da Autoridade Marítima, onde permaneceu até 25 de maio de 2017, tendo de seguida assumido o cargo de Chefe de Gabinete da Ministra do Mar, no XXI Governo Constitucional, até 1 de julho de 2018. Em 29 de agosto de 2018 foi nomeado Diretor de Pessoal da Marinha onde exerceu funções até 31 de outubro de 2019. A 1 de novembro de 2019 tomou posse como Chefe de Gabinete do Ministro do Mar, no XXII Governo Constitucional. A 7 de janeiro de 2022 assumiu as funções de Chefe de Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Armada, tendo a 5 de julho do mesmo ano tomado posse como Comandante Naval onde permaneceu até 8 de julho de 2025. Em 9 de julho de 2025 tomou posse como Diretor-Geral da Autoridade Marítima e Comandante-Geral da Polícia Marítima.

É membro da Sociedade de Geografia de Lisboa. Da sua folha de serviços constam vários louvores e condecorações, nomeadamente seis medalhas de Serviços Distintos, duas medalhas de Mérito Militar, duas Cruzes Navais, uma Medalha de Comportamento Exemplar e uma Medalha de Comissões de Serviço Especiais, com a legenda Guiné 1998.

COMANDANTE DO INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

Realizou-se no dia 9 de julho a Cerimónia Militar de Entrega de Comando do Instituto Universitário Militar (IUM), assinalando a tomada de posse do VALM José António Vizinha Mirones, num ato solene que decorreu num ambiente de dignidade militar e institucional.

A cerimónia foi presidida pelo Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), General José Nunes da Fonseca, e contou com a presença de diversas entidades civis e militares, docentes, investigadores, alunos e colaboradores do IUM.

Durante o evento, o General José Nunes da Fonseca destacou o trabalho exemplar desenvolvido pelo VALM Pedro Miguel de Sousa Costa ao longo do seu mandato, sublinhando a sua elevada competência e liderança, assim como o seu contributo para a consolidação do IUM enquanto centro de excelência no ensino superior militar.

O CEMGFA teve ainda a oportunidade de desejar as melhores felicidades ao novo Comandante do IUM, destacando a importância de dar continuidade ao projeto institucional de desenvolvimento académico e científico ao serviço da defesa nacional, centrado na "valorização da sua singularidade: a combinação entre a natureza universitária, a vocação para o estudo dos fenómenos da guerra e da segurança e a preservação da matriz militar".

O IUM reafirma assim o seu papel como instituição de ensino superior militar de referência, comprometido com a formação de excelência dos quadros das Forças Armadas e das Forças e Serviços de Segurança, inserida num quadro científico nacional e internacional exigente, rigoroso e prestigiado.

Colaboração do ***INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR***

SÍNTESE CURRICULAR

O VALM José António Vizinha Mirones nasceu em 1965 e entrou para a Escola Naval em 1983.

Nos seus primeiros anos de oficial participou como imediato (XO) e oficial de quarto à ponte em missões realizadas no âmbito da segurança e autoridade do Estado no mar.

Após a especialização em Armas Submarinas (ASW), foi oficial de ação tática (PWO), Chefe de Departamento (Operações) e XO em fragatas das classes *João Belo* e *Vasco da Gama*. Foi o primeiro Comandante da fragata *Bartolomeu Dias* (F333). Participou em diversos teatros operacionais no Mediterrâneo e no Adriático, em operações de embargo da União Europeia (UE) e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) à ex-república da Jugoslávia; no Mediterrâneo, com destaque para a Operação (OTAN) *Enduring Freedom*, na sequência do 11 de setembro de 2001, e no Báltico e nos oceanos Ártico e Atlântico Norte integrando forças navais da OTAN ou em missões de caráter estritamente nacional.

Foi Comandante da Força Aeronaval da UE, na Operação ATALANTA, de dezembro de 2019 a março de 2020, no oceano Índico, e comandou o Grupo Marítimo Permanente nº1 da OTAN (*Standing NATO Maritime Group One* – SNMG1), de agosto de 2020 a janeiro de 2021, no Báltico, Atlântico Norte e Ártico.

Em terra foi oficial do EMA (na Divisão de Planeamento e, posteriormente, Chefe da Divisão de Relações Externas); assistente militar do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA); Chefe do gabinete do CEMGFA, entre março de 2021 e março de 2023; Subdiretor-geral da Direção Geral da Autoridade Marítima (DGAM) e 2º Comandante-geral da Polícia Marítima (PM) entre abril de 2023 e outubro de 2024; Diretor-geral da DGAM e Comandante-geral da PM entre outubro de 2024 e julho de 2025.

COMANDANTE NAVAL

O VALM José Salvado de Figueiredo tomou posse no passado dia 7 de julho, como Comandante Naval, rendendo no cargo o VALM Nuno Chaves Ferreira, numa cerimónia presidida pelo Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional (CEMA e AMN), Almirante Jorge Nobre de Sousa, na Base Naval de Lisboa.

No discurso de tomada de posse, o novo Comandante Naval destacou que "o Comando Naval desempenha um papel fundamental como comando operacional da Marinha Portuguesa, tendo em vista três objetivos essenciais: a preparação, aprontamento e sustentação das forças e meios da componente operacional do sistema de forças, o cumprimento das missões particulares aprovadas e a articulação permanente com o Comando Conjunto para Operações Militares".

O CEMA e AMN, Almirante Jorge Nobre de Sousa, realçou a vasta experiência do novo Comandante Naval, salientado "a sua competência, a capacidade de liderança, determinação e o profundo conhecimento do mar e das operações navais".

Foto SCH A Ferreira Dias

O Comando Naval tem por missão a preparação, aprontamento e sustentação das forças e meios da componente operacional do sistema de forças, competindo-lhe o planeamento, apoio à decisão e controlo da execução das missões que lhe são atribuídas.

Colaboração do ***COMANDO NAVAL***

SÍNTESE CURRICULAR

O VALM Salvado de Figueiredo nasceu em 14 de julho de 1965, entrou para a Escola Naval (EN) em 15 de outubro de 1984 e foi promovido a Guarda-marinha em outubro de 1989. Foi promovido ao posto atual em 9 de junho de 2025. Durante a sua carreira como oficial subalterno embarcou em diversas unidades navais tais como o NRP *Almeida Carvalho*, NRP *João Roby* e NRP *Vasco da Gama*. Foi ainda instrutor por cerca de 2 anos na Escola de Armas Submarinas. Após a sua promoção a Capitão-tenente serviu no Centro de Instrução de Tática Naval e oficial de operações do NRP *Corte-Real*. Participou em diversos exercícios navais nacionais e internacionais, e ainda na operação de evacuação de não-combatentes na República da Guiné-Bissau em 1998 e na operação *Active Endeavour* no Mediterrâneo Oriental em 2005, integrado na Força Naval da NATO. Entre setembro de 2005 e junho de 2009 foi professor efetivo na EN na área das Operações Navais no Departamento de Formação de Marinha, tendo também assumido as funções de coordenador do referido departamento a partir de fevereiro de 2007. Entre 15 de janeiro de 2010 e 24 de outubro de 2013 exerceu o comando do NRP *D. Francisco de Almeida* e, nessas funções, participou na Operação *Ocean Shield* da NATO, de combate à pirataria na zona da Somália, entre agosto e outubro de 2011. Durante o ano de 2012 assumiu, a bordo do NRP *Vasco da Gama*, o comando da componente naval da Força de Reação Imediata Nacional durante a Operação Manatim, de apoio a uma possível evacuação de cidadãos não-combatentes da República da Guiné-Bissau, durante os meses de abril e maio. Entre outubro de 2013 e outubro de 2015 desempenhou o cargo de Chefe da Repartição de Prospetiva e Planeamento Estratégico Militar no Estado-Maior-General das Forças Armadas. Entre outubro de 2015 a outubro de 2017, foi Chefe da Repartição de Situações e Efetivos da Direção de Pessoal da Marinha. Entre setembro de 2018 e novembro de 2019 desempenhou o cargo de Diretor do Centro Integrado de Treino e Avaliação Naval. Entre novembro de 2019 e março de 2022, exerceu o cargo de Diretor de Pessoal da Marinha. Entre 25 de março de 2022 e 27 de junho de 2025, foi Chefe do Departamento de Estudos Pós-Graduados do Instituto Universitário Militar. Frequentou diversos cursos e ações de formação de entre os quais se salientam: o Curso Geral Naval de Guerra em 1998/1999, a *Maritime Euroweek* em *Bracknell*, Inglaterra, na *Joint Services Command and Staff College* em maio de 1999, o Estágio de Estados Maiores Conjuntos em junho de 1999, o *Maritime Warfare Course* na HMS *Dryad* em dezembro de 1999 e o Curso de Promoção a Oficial General no Instituto Universitário Militar em 2017/2018. Foi ao longo da sua carreira distinguido com vários Louvores e Menções de Apreço, e ainda com a Ordem Militar de Avis – Grande Oficial e com sete Medalhas de Serviços Distintos – Prata, de Mérito Militar de 1ª e 3ª Classe, a Cruz de São Jorge de 1ª Classe, duas Medalhas da Cruz Naval de 3ª Classe e a Medalha Militar de Comportamento Exemplar – Ouro.

VISITA DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO E DA POLÍTICA DA DEFESA NACIONAL À MARINHA

A Marinha Portuguesa recebeu no passado dia 15 de julho, a visita do Secretário de Estado Adjunto e da Política da Defesa Nacional (SEAPDN), Dr. Nuno Pinheiro Torres.

Cumprindo-se a tradição naval e o inerente protocolo, a visita iniciou-se com a receção das altas entidades pelo Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional (CEMA e AMN), ALM Jorge Nobre de Sousa, no Terminal Fluvial da Marinha, tendo a comitiva embarcado e efetuado a travessia do rio Tejo até à Base Naval de Lisboa a bordo do NRP *Hidra*.

Já no interior da estação naval, uma companhia a 3 pelotões, constituída por militares da Superintendência do Pessoal e do Comando Naval, prestaram as devidas honras militares à chegada ao Palácio do Alfeite, ao som do Hino "Maria da Fonte" tocado pela Banda da Armada, as quais se concluíram com um desfile das forças em parada.

Após as boas-vindas realizadas no Palácio do Alfeite, a visita prosseguiu no Centro Integrado de Tática e Análise Naval (CITAN), onde foi efetuado pelo CALM Silva Pereira, Subchefe do Estado-Maior da Armada (SCEMA) um *briefing* institucional da Marinha no qual foram apresentadas as linhas gerais do planeamento estratégico do ALM CEMA e AMN, estruturadas nas três perspetivas fundamentais: genética, estrutural e operacional, ao que se seguiu um período de perguntas e respostas.

Com o intuito de conferir também à visita um cariz operacional, foi realizada uma visita ao Centro de Operações Marítimas da Marinha Portuguesa (COMAR). A comitiva pôde compreender e observar a dinâmica deste Centro, nomeadamente como Centro Nacional Coordenador Marítimo para as operações conduzidas no mar, 24h por dia, em diferentes missões, que vão desde as ações de fiscalização marítima, combate ao narcotráfico, até à salvaguarda da vida humana no mar.

Foto SCH A Ferreira Dias

Depois de cumprido um preenchido programa, deu-se lugar a um almoço protocolar no Palácio do Alfeite. A visita terminou com a troca de ofertas institucionais e a assinatura do Livro de Honra da Marinha, tendo o SEAPDN reconhecido a relevância da Marinha ao serviço de Portugal e dos portugueses ao longo dos séculos, e que hoje demonstra ser uma Marinha aliada à tradição e à inovação, altamente tecnológica, moderna e preparada para os desafios do presente e do futuro.

Colaboração do ***COMANDO NAVAL***

EXERCÍCIO C-UAS 2025

MARINHA PORTUGUESA TESTA CAPACIDADES DE COMBATE CONTRA DRONES

Entre os dias 2 e 6 de junho, decorreu em águas nacionais o exercício C-UAS (*Counter-Unmanned Aerial Systems*), uma iniciativa conjunta liderada pela Marinha Portuguesa em colaboração com empresas tecnológicas e forças parceiras, com o objetivo de aperfeiçoar as capacidades de resposta contra ameaças aéreas não tripuladas.

O exercício reuniu, pela primeira vez em Portugal, um conjunto alargado de meios navais e tecnológicos para testar Técnicas, Táticas e Procedimentos (TTP) contra sistemas aéreos não tripulados (*Unmanned Aerial Systems* – UAS), refletindo a crescente preocupação com a proliferação de drones no espaço de batalha marítimo.

A Marinha participou com três navios, o NRP *D. Francisco de Almeida* com um destacamento de helicópteros, o NRP *Viana do Castelo* e o NRP *Sagitário*, sistemas especializados da Unidade X31 e elementos do Centro de Experimentação Operacional da Marinha (CEOM). Estes meios colaboraram com os UAS fornecidos pela empresa *Skyrora* e com os sistemas de guerra eletrónica desenvolvidos pela empresa *Swatter*, projetados para interferir e neutralizar drones hostis através de métodos *softkill*, como *jamming* de GPS e *Wi-Fi*.

A Força Tarefa 66 (TF66) marcou também presença com os seus veículos de superfície não tripulados (*Unmanned Surface Vehicles* – USV), alargando o âmbito do exercício à componente naval autónoma de superfície.

GUERRA CONTRA UAS: DA TEORIA À PRÁTICA

O exercício C-UAS teve como principal objetivo testar, em ambiente real, a eficácia de sistemas de defesa *softkill* e *hardkill*. No primeiro caso, foram avaliadas as capacidades de guerra eletrónica (*Electromagnetic Warfare* – EW) da empresa *Swatter* assim como sistemas já utilizados na Marinha (*Wingman* e *Pitbull*), enquanto que no segundo caso testou-se o armamento disponível a bordo dos navios, em particular da peça *Oto Melara* de 76 mm e o sistema de defesa de proximidade *Goalkeeper* (*Close-In Weapons System* – CIWS) do NRP *D. Francisco de Almeida*, a peça de 30 mm do NRP *Viana do Castelo* e diverso armamento ligeiro.

No âmbito do emprego dos sistemas *hardkill*, destaca-se o resultado operacional obtido pela fragata NRP *D. Francisco de Almeida*, que conseguiu abater vários UAS, recor-

rendo à peça *Oto Melara* de 76 mm e com o sistema CIWS *Goalkeeper*, demonstrando a eficácia destes meios para emprego num cenário real. De igual modo, a *Swatter* também neutralizou um UAS, mostrando a eficiência dos seus equipamentos. Durante o exercício foram ainda realizados vários treinos internos e operações de voo com o helicóptero *Lynx* Mk95A, incluindo tiro real contra UAS a partir da aeronave, permitindo avaliar a capacidade de combate na vertente aérea em situações de ameaça real.

OBJETIVOS PRINCIPAIS

Um dos objetivos principais foi a recolha extensiva de dados operacionais sobre o comportamento dos UAS perante diferentes sistemas de deteção e neutralização. Foram analisados parâmetros como a secção transversal ao radar (*Radar Cross Section*), azimute *vs* distância e os efeitos do *jamming* nos sistemas de navegação e comunicação dos drones.

Essas informações serão agora enviadas para o Comando Naval, o Centro de Gestão e Análise de Dados Operacionais (CADOP), o Centro Integrado de Treino e Avaliação Naval (CITAN) e o CEOM, contribuindo para a análise técnica e operacional dos resultados. A informação recolhida vai permitir os ajustamentos da doutrina nacional, bem como para o possível desenvolvimento de soluções nacionais de defesa anti-drones.

UMA APOSTA NO FUTURO

O exercício C-UAS representa um marco relevante no esforço nacional de adaptação e edificação de capacidades para fazer face a ameaças emergentes no domínio marítimo. Ao conjugar forças armadas, empresas tecnológicas e plataformas autónomas, Portugal dá um passo firme na integração de novas capacidades de defesa e no reforço da segurança marítima em cenários reais.

O ambiente de operações marítimo é cada vez mais influenciado pelo emprego de sistemas autónomos, de diversos tipos e formas, pelo que exercícios como o C-UAS são fundamentais para garantir que a Marinha Portuguesa permaneça, por um lado, pronta para fazer face a esta crescente ameaça, e por outro, que os utilize em seu benefício, permanecendo assim na vanguarda do desenvolvimento tecnológico e contribuindo para a Defesa Nacional e segurança coletiva.

Colaboração da ***PRTMARFOR***

FUZILEIROS PORTUGUESES NA LITUÂNIA

7ª FORÇA NACIONAL DESTACADA

ENQUADRAMENTO

Em 2025, a Força de Fuzileiros (FFZ LTU25) reforçou, pela sétima vez, o compromisso nacional com a NATO no âmbito das *Assurance Measures* na Lituânia, evidenciando o compromisso de Portugal com a segurança e estabilidade do flanco leste da Aliança.

A presença de uma força de Fuzileiros no coração de uma zona de crescente relevância geopolítica e com particular importância estratégica, em parte devido à proximidade ao enclave russo de Kaliningrado e ao denominado *Suwałki Gap*, reafirma a solidariedade entre aliados e a determinação nacional em participar ativamente nas iniciativas de segurança coletiva.

Assim, e durante mais de três meses e meio, a FFZ LTU25 colaborou, a partir da cidade portuária de Klaipeda, para o esforço coletivo de dissuasão e contribuiu para a coesão transatlântica e para a proteção das linhas de comunicação marítima, tendo sido notória e valorizada a presença militar neste que é um dos pontos nevrálgicos do Mar Báltico.

A FFZ LTU25 representou Portugal e a Marinha com profissionalismo, competência técnica e espírito expedicionário, contribuindo decisivamente para o prestígio das Forças Armadas no contexto internacional e para o reforço da segurança e coesão no flanco leste da NATO.

ORGANIZAÇÃO DA FORÇA

Sob o comando do CTEN FZ Hugo Pinheiro dos Santos, a FFZ LTU25 esteve estruturada de forma modular, permitindo a flexibilidade e capacidade de resposta em diferentes cenários. A organização operacional baseou-se assim em três módulos: a **projeção de força**, as **operações especiais** e o **apoio em serviços de combate**, devidamente suportado por um Estado-Maior, sendo composta por um total de 170 militares e dois binóminos canídeos.

Com a multiplicidade e diversidade de valências, a articulação entre todos estes vetores operacionais constituiu um verdadeiro desafio sendo, porém, fundamental por forma a garantir uma atuação coesa, eficaz e adaptável às exigências do contexto báltico.

OBJETIVOS DA MISSÃO

A essência desta missão teve como principal propósito contribuir para a consecução dos compromissos internacionais assumidos por Portugal, reforçando a interoperabilidade com as forças da NATO e validando técnicas e procedimentos conjuntos. Além disso, era intenção afirmar a capacidade expedicionária da Marinha Portuguesa no âmbito de um teatro operacional complexo e em constante evolução.

Assim, alinhado com o foco da missão, o treino desenvolvido permitiu não apenas a consolidação de doutrina e competências internas, mas também o aprofundamento das relações militares com aliados e parceiros, promovendo a partilha de conhecimento e o alinhamento estratégico.

A demonstração da prontidão, disciplina e eficácia dos Fuzileiros Portugueses contribuiu diretamente para os objetivos de dissuasão da Aliança, reforçando, de forma inequívoca, a credibilidade da presença militar internacional na região.

Fotos Força de Fuzileiros Lituânia 2025

ATIVIDADE OPERACIONAL

Durante a missão, a FFZ LTU25 executou um programa de treino altamente exigente, reforçando a **integração**, **interoperabilidade** e **interdependência** (I3) entre as suas capacidades e com forças aliadas.

Neste contexto, a força esteve empenhada em diversas oportunidades de treino e cenários distintos. Seja em conjunto com as Forças Armadas Lituanas como foi o caso no exercício ***Storm Defender 25***, que promoveu a cooperação em ambiente urbano e portuário e o exercício ***Strong Shield 5***, realizado em zonas florestais e pantanosas com foco no treino assimétrico ou, conjuntamente com especialistas de outras nações na partilha e aplicação de técnicas de neutralização de engenhos explosivos durante o exercício **EODEX 25**. Todos estes esforços promoveram a partilha de doutrina, validação de procedimentos e coesão em contexto multinacional considerando-se uma mais-valia.

Em complemento, a FFZ LTU25 conduziu ainda iniciativas internas como o ***Riverine OPS***, orientado para a projeção ribeirinha e infiltração aquática assim como dois exercícios no âmbito do ***Special Forces Support Group*** **(SFSG)**, exercícios que reforçaram a articulação e sinergia entre os diferentes módulos da força.

BALTOPS 25

O momento de maior projeção internacional deu-se com a participação da FFZ LTU25 no prestigiado **BALTOPS 25**.

Realizado de forma ininterrupta desde 1972, o maior exercício naval do Báltico, contou este ano com presença dos Fuzileiros na Polónia e na Letónia, possibilitando a participação em ações de treino e operações conjuntas de elevada exigência técnica e tática com forças aliadas.

Esta colaboração de excelência não só reforçou a interoperabilidade entre forças, como também evidenciou, de forma clara, o profissionalismo, a competência técnica e o valor estratégico dos Fuzileiros Portugueses.

CONCLUSÕES

A missão da FFZ LTU25 foi conduzida com elevação, firmeza e total alinhamento com os objetivos operacionais definidos, sendo que todos os militares mantiveram um elevado padrão de desempenho, uma disciplina exemplar e um notável espírito de missão.

Destaca-se, em particular, o moral constantemente elevado e a coesão transversal entre os diferentes módulos, como reflexo direto de uma liderança próxima e partilhada pelas três categorias, sendo um dos vetores que contribuiu para a resposta eficaz da força a um calendário exigente e multifacetado.

Colaboração da ***FORÇA DE FUZILEIROS LITUÂNIA 2025***

GUINÉ-BISSAU

O NARCOTRÁFICO E A LUTA POR ESTABILIDADE CONCLUSÃO

O IMPACTO DA DEA NA GUINÉ-BISSAU

Como anteriormente salientado, na Parte 1 deste artigo, o combate ao narcotráfico exige uma abordagem coordenada a nível internacional. Organizações como a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a União Africana têm procurado implementar mecanismos de combate ao crime organizado, embora os avanços sejam lentos (CEDEAO, 2020). A colaboração de agências internacionais no País, como a *Drug Enforcement Administration* (DEA) dos Estados Unidos da América, permitiu a realização de detenções de alto perfil, tornando esta entidade um ator central na repressão ao tráfico de drogas na região da Guiné-Bissau (UNODC, 2021).

Nos últimos dez anos, a DEA intensificou as suas operações no Golfo da Guiné, visando travar as rotas do tráfico que conectam a América Latina à Europa, passando por países da África Ocidental (*The Global Initiative*, 2023). Entre as ações mais relevantes estão o desmantelamento de redes internacionais de tráfico, realizadas em parceria com autoridades locais, mas principalmente, em articulação com agências europeias, visando identificar e neutralizar estruturas criminosas envolvidas no transporte de grandes carregamentos de cocaína com destino a solo europeu (UNODC, 2022). As investigações indicam que grupos da América Latina, como cartéis colombianos e mexicanos, utilizam esta região como plataforma logística para abastecer os mercados europeus (Interpol, 2021).

Outra estratégia adotada foi a intervenção em portos e aeroportos considerados estratégicos, onde se desenvolveram operações de vigilância e apreensões, nomeadamente em infraestruturas da Guiné-Bissau, Senegal, Gâmbia e Guiné-Conacri (WCO, 2021). A DEA também conduziu ações encobertas em organizações criminosas, colocando agentes encobertos no seio das redes de tráfico, com o objetivo de obter informações sobre as operações e estruturas de comando e controlo dos cartéis e seus intermediários na África Ocidental (DEA, 2022).

A Guiné-Bissau tornou-se um foco prioritário para a DEA, devido à fragilidade das suas instituições e ao envolvimento de figuras militares e políticas de alto escalão no narcotráfico (Reno, 2020). Uma das ações mais emblemáticas ocorreu em 2013, quando o Almirante José Américo Bubo Na Tchuto, ex-chefe da Marinha guineense, foi capturado numa operação encoberta em águas internacionais e extraditado para os Estados Unidos, onde foi condenado por envolvimento na importação de cocaína (BBC, 2013). Na mesma operação, dois cúmplices guineenses também foram detidos, revelando os laços profundos entre o narcotráfico e setores das Forças Armadas (UNODC, 2021).

Mais recentemente, em setembro de 2024, as autoridades guineenses apreenderam 2,63 toneladas de cocaína num avião proveniente da Venezuela, no Aeroporto Internacional Osvaldo Vieira, em Bissau. A operação, denominada "Operação *Landing*", contou com a colaboração da DEA e do Centro de Análise e Operações Marítimas-Narcóticos (MAOC-N) (MAOC-N, 2024).

As ações da DEA aumentaram a pressão sobre o governo da Guiné-Bissau para reformar o setor da segurança e adotar medidas mais eficazes no combate ao narcotráfico. A crescente exposição internacional do país como um "narcoestado" levou à imposição de sanções e restrições diplomáticas por parte dos Estados Unidos e da União Europeia (*Chatham House*, 2022).

A detenção de figuras-chave do narcotráfico provocou um impacto momentâneo na estrutura das redes criminosas, levando os cartéis a ajustar as suas rotas e a deslocar parte das suas atividades para países vizinhos, como a Guiné-Conacri e o Senegal (*Global Initiative,* 2023). No entanto, a ausência de um esforço contínuo e eficaz dentro do país facilitou o surgimento de novas redes criminosas, que rapidamente se adaptaram às pressões externas.

Apesar de as operações da DEA terem contribuído para a captura de líderes do tráfico e para o desmantelamento de algumas redes, a luta contra o narcotráfico na Guiné-Bissau continua a enfrentar sérios desafios. A corrupção endémica e a fragilidade das instituições impedem que o país rompa com o papel de ponto estratégico no trânsito da cocaína sul-americana (*Transparency International*, 2023).

A cooperação entre instituições dos Estados Unidos, da União Europeia e dos países do Golfo da Guiné é essencial — ou mesmo crucial — para garantir que as ações repressivas tenham um impacto duradouro. Sem um compromisso internacional contínuo, a Guiné-Bissau corre o risco de con-

tinuar a desempenhar um papel central na rota global do narcotráfico (UNODC, 2022).

A complexidade da situação é agravada pela ligação do tráfico de drogas a outros crimes, como a imigração clandestina, o terrorismo e a exploração ilegal de recursos naturais (ENACT Africa, 2022). A ausência de controlo eficaz das fronteiras e a corrupção generalizada permitem que grandes quantidades de droga circulem pelo território sem grandes obstáculos (*Global Initiative*, 2023).

A posição estratégica da DEA na Guiné-Bissau torna-se crucial para interromper rotas de tráfico de droga transcontinental, especialmente entre a América do Sul, África Ocidental e Europa. A presença permite cooperação com autoridades locais, reforçando capacidades de investigação e interdição. Além disso, ajuda a desmantelar redes criminosas internacionais e combater o financiamento ao terrorismo.

Como consideração final, e no ano em que se completam os 30 anos do Acordo de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), cumpre-me destacar o relevante trabalho desenvolvido pela DEA, através da delegação sediada em Portugal, em estreita e profícua cooperação com a Polícia Judiciária Portuguesa, cuja atuação tem sido fundamental, bem como com a Polícia Judiciária Guineense. A língua portuguesa, enquanto elemento unificador e veículo essencial de comunicação, constitui um fator estratégico que não deve ser descurado nas iniciativas de cooperação internacional, particularmente no combate ao tráfico de droga, seja na Guiné-Bissau ou em outras regiões da CPLP.

Bandeira da Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

O PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS GUINEENSES

No que concerne ao papel das Forças Armadas na Guiné-Bissau, as mesmas têm desempenhado um trabalho ambíguo na estabilidade política do país. Historicamente, estiveram envolvidas em diversos golpes de Estado e, em várias ocasiões, tendo sido associadas ao tráfico de drogas (*Freedom House*, 2023). Há suspeitas de que alguns altos oficiais recebam subornos em troca de proteção a narcotraficantes, permitindo que estes operem livremente (*International Crisis Group*, 2021).

A fragilidade do sistema judicial e a inexistência de um setor de segurança funcional contribuem para esta realidade. As investigações sobre corrupção e tráfico raramente resultam em condenações, e muitos dos acusados continuam a exercer influência política ou militar, perpetuando um ciclo de impunidade (*Transparency International*, 2023).

A ausência de um governo forte e de mecanismos eficazes de controlo estatal dificulta a implementação de reformas estruturais. Os sucessivos líderes políticos enfrentam obstáculos significativos para restaurar a autoridade do Estado, enquanto tentam lidar com interesses divergentes dentro do próprio aparelho governativo (Reno, 2020).

Termino, salientando que o papel ambíguo das Forças Armadas na Guiné-Bissau representa um dos maiores desafios à construção de um Estado funcional e soberano. Sem uma reforma profunda e corajosa das instituições de segurança, acompanhada de um combate efetivo à corrupção e ao tráfico de droga, o país continuará vulnerável à captura por interesses ilegais. O reforço do Estado de direito, o apoio internacional coordenado e o fortalecimento do controlo civil sobre os militares são passos indispensáveis para garantir a estabilidade, o desenvolvimento sustentável e a credibilidade externa da Guiné-Bissau.

Dr. Paulo Daniel Dias
Assessor do Comandante-geral da Polícia Marítima

Bibliografia

Aning, K., & Atta-Asamoah, A. (2022). *Drug Trafficking and Organized Crime in West Africa. Institute for Security Studies.*

BBC. (2013). *Guinea-Bissau ex-navy chief held in drugs sting. https://www.bbc.com*

CEDEAO. (2020). *Strategy to Combat Organized Crime and Drug Trafficking in West Africa.*

Chatham House. (2022). *Guinea-Bissau and the Struggle Against Narco-Politics.*

DEA. (2022). *DEA Operations in West Africa: Annual Report.*

ENACT Africa. (2022). *Criminal Economies in West Africa: Links to Instability and Insecurity.*

Freedom House. (2023). *Freedom in the World: Guinea-Bissau.*

Global Initiative Against Transnational Organized Crime. (2023). *West African Drug Routes.*

Interpol. (2021). *West Africa Drug Networks and Latin American Cartels.*

International Crisis Group. (2021). *Drug Trafficking and Political Instability in Guinea-Bissau.*

MAOC-N. (2024). *Operation Landing: Joint International Drug Seizure Report.*

Reno, W. (2020). *Corruption and State Weakness in West Africa.* Cambridge University Press.

Transparency International. (2023). *Corruption Perceptions Index: Guinea-Bissau.*

UNODC. (2021). *West Africa and the World Drug Problem: Situation Report.*

UNODC. (2022). *Cocaine Trafficking in West Africa: Trends and Challenges.*

WCO (*World Customs Organization*). (2021). *Illicit Drug Flows Through African Ports.*

OS TRÊS PILARES DA EXPANSÃO MARÍTIMA PORTUGUESA

TRADIÇÃO, LIDERANÇA E TECNOCRACIA

O PILAR DA LIDERANÇA CARISMÁTICA DO INFANTE D. HENRIQUE

PARTE 2

Como demonstrado na primeira parte deste artigo, Portugal dispunha, no início do século XV, de uma estrutura de autoridade tradicional facilitadora da Estratégia de expansão marítima. Contudo, esta Estratégia, baseada na exploração da costa africana e na busca de novas fontes de riqueza, foi também profundamente influenciada pelo ideal da cruzada contra os muçulmanos em nome da fé. Este facto, tornou Ceuta o primeiro alvo e decisivo marco para a expansão marítima portuguesa. Para além de ser um porto rico em produtos que escasseavam em terras lusitanas, esta cidade controlava as rotas comerciais que passavam no estreito de Gibraltar e servia de porto de abrigo para a pirataria que aterrorizava a costa algarvia. É então que, em 1413, D. João I, com o apoio dos seus filhos e de D. Nuno Álvares Pereira, manda apressar os preparativos para a conquista de Ceuta. Nos estaleiros nacionais a azáfama é tão impressionante que a grande frota dos portugueses e o seu destino incerto tornaram-se conversa corrente nas cortes europeias. Tratou-se da constituição de uma força naval composta por mais de cem navios de várias origens, que transportariam cerca de 19.000 homens para conquistar Ceuta, o que veio a ocorrer em 21 de agosto de 1415. A tomada de Ceuta marcou, simbolicamente, o começo do período de expansão marítima portuguesa, destacando-se na ação, o líder carismático Infante D. Henrique, "O Navegador", pela forma destemida e perseverante como liderou a investida à cidade.

Desenho Infante D. Henrique, 1960 | Autor: Pedro Cruz | Museu de Marinha (MM. 11485)

Mas independentemente das controvérsias e diferenciadas apreciações que esta personalidade sempre suscitou entre os cronistas da época e historiadores dos séculos XIX e XX, de que características dispunha o Infante para poder ser considerado um líder carismático? Max Weber definiu carisma como uma "qualidade de personalidade individual, pela qual uma pessoa é considerada extraordinária e tratada como dotada de qualidades excecionais". Seja pela falta de fontes primárias e documentação oficial, pela manipulação e influência das narrativas oficiais, ou até mesmo pelas lacunas temporais da escrita, são limitados os documentos que sustentem, com rigor, a personalidade individual e as qualidades extraordinárias do Infante. Apesar disso, diversos autores associam-no a elevados níveis de autoconfiança e a uma forte convicção na justiça moral das suas crenças, descrevendo-o como emocionalmente expressivo e curioso sobre o desconhecido. Por exemplo, Gomes Eanes de Azurara, incumbido por D. Afonso V de lavrar a crónica da vida do Infante, descreve-o como um homem de forte condição física, enérgico, convicto e, provido do dom da comunicação na promoção do Reino e dos interesses de Portugal. Nos registos de Azurara é também possível atestar algumas menções a episódios de compromisso pessoal e de forte interiorização dos valores do Infante D. Henrique, por parte dos seus subordinados. Testemunho disso é o relato da preparação da força naval para a conquista de Ceuta, onde é citado que "nada poderia segurar aqueles homens, pois o desejo de fazer parte de tão grandiosa expedição era tão imenso na mente de todos". De um modo semelhante, Carlos Lusitano também encontra idênticos atributos no Infante, ao escrever: "O Infante D. Henrique (...) com aspecto grave, e pezado, que mudava a gentileza dos seus annos, correndo a todos com os olhos, disse: *que o seu povo era, e sempre o seria, que não se desistisse da empreza, em que Portugal, ou vencedor, ou vencido, dava a Deos tanta glória. (...) Emprehenda-se o sitio, ou assalto, dasalojando huma infame Naçaõ, que deshonra a Deos com o culto, e deshonraria aos Portuguezes, se temessem seu numero*". Estas e outras análises históricas indicam a liderança carismática do Infante D. Henrique como o segundo dos três pilares da expansão marítima portuguesa.

A vida do Infante D. Henrique atravessa três reinados, figurando na história como líder carismático, desvendador

Planisfério Rotas dos Descobrimentos | Autor: Roberto Araújo | Museu de Marinha (GR-II-305)

do mar desconhecido, ideólogo principal do projeto de expansão. Em resultado da sua ação, inicia-se uma verdadeira revolução na arte de navegar. Logo após a conquista de Ceuta, as caravelas iniciaram, frequentemente, navegações para sul, sendo o Porto Santo descoberto em 1418 e a ilha da Madeira dois anos depois. Daí em diante, os navegadores liderados pelo Infante D. Henrique vão explorando as áreas marítimas contiguas à Madeira, e desviam-se cada vez mais para noroeste, descobrindo, em 1427, a ilha de Santa Maria. Quer os Açores, quer a Madeira, irão desempenhar um relevante papel estratégico no prosseguimento da expansão, assegurando, nos decénios seguintes, o apoio logístico aos navios que se dirigiam ou regressavam da Índia. Todos os anos, a partir de 1421, pelo menos uma caravela partia de Lagos com a missão específica de localizar uma passagem além do Bojador. Essa perseverança foi recompensada em 1434, quando Gil Eanes regressou a Portugal com a feliz notícia de que dobrara o difícil cabo, e vira diante de si um oceano fácil de navegar.

O Infante D. Henrique morreu em 1460 e durante a sua vida, foram descobertas as ilhas da Madeira, dos Açores, de Cabo Verde, e explorada a costa africana até à Serra Leoa. O projeto expansionista da dinastia de Avis, que inicialmente era um programa tipicamente medieval de conquistas e de difusão cristã no norte de África, transformou-se paulatinamente num empreendimento moderno, mobilizando toda a sociedade portuguesa. A visão abrangente das potencialidades do mar desconhecido e as navegações oceânicas subsequentes, provocaram um grande impulso no desenvolvimento tecnológico do país, impulsionando as trocas comerciais de produtos com interesse ou valor para Portugal.

Os Descobrimentos iniciados no século XV e o impacto universal dessa epopeia histórica, catapultada pela liderança carismática do Infante D. Henrique, representaram um momento fulcral não apenas para Portugal, mas para a Humanidade, cujos efeitos se mantêm presentes até hoje.

Carmo Falcato
CMG

Referências Bibliográficas

Almeida, V. D. (1936). *Conquests & Discoveries of Henry The Navigator. Being the Chronicles of Azurara.* London: Routledge Revivals.

Avolio, B., & Gardner, W. (2005). *Authentic leadership development: getting to the root of positive forms of leadership. The Leadership Quarterly*, 16, 315-338.

Lusitano, C. (1757). Vida do Infante D. Henrique. (O. P. Ameno, Ed.) Obtido de Bibliotecas Digitais da Universidade de Coimbra: *http://bdigital.sib.uc.pt/bduc/Biblioteca_Digital_UCFD/digicult/UCFD-H-C-10-9/globalItems.html; http://hdl.handle.net/10316.2/9591*

Nemésio, V. (2006). Obras Completas Vol. IX – Vida e Obra do Infante D. Henrique, 6ª edição. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Weber, M. (1978). *Economy and Society: An Outline of Interpretive Sociology, Vols I and II.* Berkley: University of California Press.

GUERRA NO PACÍFICO

OKINAWA

Na madrugada de 1 de abril de 1945, quando o sol irrompeu sobre as águas turquesa do Pacífico, a ilha de Okinawa, até então quase desconhecida, tornou-se o epicentro de um dos confrontos mais brutais e decisivos da Segunda Guerra Mundial. Para o historiador Hanson W. Baldwin, aquilo que se desenrolaria nos 82 dias seguintes só poderia ser descrito "com os superlativos mais sombrios da guerra". Okinawa foi, na verdade, mais do que uma batalha. Foi uma demonstração extrema do que acontece quando a determinação e o desespero se encontram, numa escala de intensidade e de violência inaudita. Pela primeira vez, mar, ar e terra uniram-se num único campo de batalha, numa operação tão complexa que desafiou a própria lógica operacional e logística desenvolvida até à data.

Embora a guerra na Europa estivesse perto do seu epílogo, no Pacífico, no entanto, o cenário era outro. A campanha para a ocupação de Okinawa (Operação ICEBERG), era vista pelos estrategos Aliados como a última etapa antes da inevitável invasão do arquipélago japonês (Operação OLYMPIC), planeada para novembro. Localizada a apenas 300 milhas de Kyushu, a ilha constituiria, para os Aliados, uma base operacional e logística de onde poderiam lançar ataques devastadores contra o coração do Japão.

A defesa da ilha estava entregue ao 32º Exército do Tenente-General Mitsuru Ushijima constituído por 100 mil homens — cerca de 75 mil japoneses e os restantes okinawanos — incluiu três formações de combate principais: a 24ª Divisão, a 62ª Divisão e a 44ª Brigada Mista Independente.

A força americana designada para a missão foi a 5ª esquadra, que incluía 1.418 navios, entre os quais a força anfíbia sob o comando do Vice-Almirante Richmond Kelly Turner. A força de desembarque, denominada por 10º Exército dos EUA, estava sob o comando do Tenente-General Simon Bolivar Buckner Jr. (USA) e era constituída por dois corpos de exército: o III Corpo Anfíbio do Major-General Roy Geiger (USM) (1ª, 2ª e 6ª Divisões de Marines), e o XXIV Corpo de Exército, sob o comando do Major-General John Hodge (USA), (7ª, 77ª e 96ª Divisões de Infantaria). No comando desta imensa força, estava o Almirante Raymond A. Spruance, que dependia diretamente do comandante das áreas operacionais do Pacífico, o Almirante de Esquadra Chester W. Nimitz.

No mar, a ofensiva japonesa atingiu proporções nunca vistas. Ondas sucessivas de pilotos suicidas, muitos deles adolescentes mal treinados, em aeronaves com manutenção duvidosa, mergulhavam sobre os navios americanos com uma precisão perturbadora. Um em cada cinco *kamikazes* conseguia atingir o alvo ou provocar danos graves com explosões próximas. Em terra os japoneses transformaram Okinawa num labirinto mortal. Cavernas, colinas e túneis foram convertidos em fortalezas. Nas palavras de Baldwin: "Nunca em tão pouco tempo e numa área tão reduzida tanto sangue de soldados Americanos foi derramado".

A ilha foi declarada segura a 21 de junho, após 82 dias de intensos combates. As baixas americanas em combate direto totalizaram 12.520 mortos e desaparecidos (incluindo Buckner, morto por estilhaços de um tiro de canhão antitanque japonês a 18 de junho) e 36.613 feridos. As baixas não relacionadas com combate, por colapso físico e mental e outras doenças, chegaram a 33 mil. Da guarnição Japonesa de cerca de 100 mil homens, morreram mais de 92 mil (incluindo Ushijima, que se suicidou a 22 de Junho).

Do lado Japonês entregaram-se cerca de 7 mil homens, a taxa mais elevada da guerra no Pacífico, sendo que uma parte significativa deste número era de Okinawanos. No final da guerra foi construído um monumento no qual foram inscritos os nomes de todos os combatentes e não combatentes Okinawanos que morreram na campanha. De entre um total de 252 mil nomes, é provável que cerca de 150 mil seja de civis mortos durante os combates.

A brutalidade destes números chocou Washington. Para muitos, Okinawa foi uma premonição sangrenta do que seria invadir o Japão, cujas forças armadas em agosto de 1945 rondava os 6 milhões de homens. O próprio presidente Harry Truman, após receber um relatório do Estado Maior Conjunto (JCS), declarou que não queria "outro Okinawa de uma ponta à outra do Japão". É muito provável que esta visão tenha pesado fortemente na decisão de recorrer à bomba atómica, numa tentativa de forçar a rendição imediata e incondicional do Japão e evitar que o arquipélago se transformasse num dantesco campo de batalha.

Piedade Vaz
CFR REF

Tennessee (BB-43) bombarding Okinawa with her 14/50 main battery guns, as LVTs in the foreground carry troops to the invasion beaches, 1 April 1945.

U.S. Naval History and Heritage Command photograph, NH 42390.

SWAIMS

SUPPORT TO WEST AFRICA INTEGRATED MARITIME SECURITY

O Golfo da Guiné (GdG) é a área marítima que abrange cerca de 7700 km de costa entre o Senegal e Angola – 19 países costeiros incluindo as ilhas de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e da Guiné-Equatorial –, abrangendo duas regiões geográficas, políticas e económicas: a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a Comunidade Económica dos Estados da África Central, ambas filiadas na Comissão do Golfo da Guiné e na União Africana.

Este artigo reporta ao mês de junho de 2025 e tem por objetivo fazer um ponto de situação da Componente nacional do SWAIMS, tendo por base o artigo publicado na Revista da Armada (RA) nº 572 (abril de 2022) sobre a mesma temática.

O QUE É O SWAIMS?

Na sequência da Cimeira sobre segurança marítima dos chefes de Estado e de governo dos países de África Ocidental e Central, realizada em junho de 2013, nos Camarões, foi implementada a Arquitetura de segurança marítima do GdG que ficou conhecida por Arquitetura de Yaoundé (AY).

A União Europeia (UE), na prossecução dos seus interesses e preocupada com as ameaças e riscos que se colocavam aos Estados costeiros do GdG, decidiu apoiar a implementação da AY, através de uma abordagem abrangente e em coordenação com vários parceiros internacionais, designadamente os regionais.

Assim, em 2014, adoptou a Estratégia para o GdG, tendo posteriormente estabelecido o Plano de Ação para o período 2015-2020, no quadro do qual figura um número apreciável de Programas e Projetos financiados pela UE através da modalidade de gestão indireta, entre os quais o Programa "*Support to West Africa Integrated Maritime Security*" (SWAIMS), cujos beneficiários são os 12[1] países costeiros da CEDEAO. Este Programa, que inclui 8 Componentes ou Projetos diferentes, é financiado pelo 11º Fundo Europeu para o Desenvolvimento, totalizando 29M€. Uma dessas Componentes – Resposta Operacional e Gestão do Estado Direito no Mar – está a ser implementada por Portugal, na sequência do Acordo de Contribuição assinado entre a UE e o Camões I.P. em setembro de 2020, uma vez que, para projetos com esta tipologia, atualmente é a única Entidade em Portugal certificada[2] para gerir programas ou projetos financiados pela UE através da modalidade de gestão indireta (também designada cooperação delegada).

O SWAIMS é um Programa da CEDEAO, financiado pela UE, cuja Componente nacional é gerida e cofinanciada pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. e também cofinanciada pelo Ministério da Defesa Nacional, através da DGPDN e da Marinha, sendo implementada pela Marinha e AMN.

A Componente nacional do SWAIMS tem um financiamento da UE de cerca de 10,4 M€, cabendo ao Camões I.P. uma remuneração de 7% do financiamento da UE que for efetivamente realizado.

Uma vez que se trata de um projeto na área da segurança marítima, esta Componente está a ser implementada no terreno pela Marinha e pela Autoridade Marítima Nacional (AMN), no seguimento do Contrato Interadministrativo[3] assinado entre o Camões I.P., a Direção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN) e a Marinha, em fevereiro de 2021, no qual consta a edificação de uma equipa de implementação do projeto – a Unidade de Implementação do Camões (UIC) –, cujo Coordenador-Geral é um Contra-almirante ou Comodoro, sendo constituída por mais 4 oficiais da Marinha, entre os quais um especialista marítimo e oficial de ligação às CEDEAO e Delegação da UE (DUE) em Abuja, colocado na Embaixada de Portugal na Nigéria.

IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DO GdG PARA A UE E PORTUGAL

A segurança marítima é vital para a UE e para os seus Estados-Membros. A economia da UE depende em grande medida da segurança e proteção dos oceanos: mais de 80% do comércio mundial é efetuado por via marítima, cerca de dois terços do aprovisionamento *mundial de petróleo e gás são extraídos no mar ou transportados por via marítima e até 99% dos fluxos de dados mundiais são transmitidos através de cabos submarinos*[4].

A UE e os países do GdG têm vários interesses comuns, nomeadamente a nível comercial, de desenvolvimento e de segurança. A região tem uma longa linha costeira, sendo rica em recursos cruciais tanto para o emprego e o consumo locais, como para o comércio com a Europa.

A sustentabilidade dos recursos marítimos, em especial as pescas, é uma preocupação fundamental para os países do GdG e para a Europa, em linha com o objetivo de desenvolvimento sustentável nº 14 da ONU – Proteger a vida marinha – de que decorre a Economia Azul.

A UE está empenhada em apoiar a exploração sustentável dos recursos naturais da região, incluindo os hidrocarbonetos, pois a Europa importa cerca de metade das suas necessidades energéticas, das quais aproximadamente 10% do petróleo e 4% do gás natural provêm do GdG. A proximidade da região com a Europa, com fácil acesso ao mar, confere-lhe uma vantagem comparativa em relação ao Médio Oriente.

Conforme referido no artigo supramencionado publicado na edição nº 572 da RA, em cada instante, pelo menos 30 navios de bandeira europeia navegam no GdG, e estes números continuarão certamente a subir, não só no quadro das sanções impostas à Rússia, na sequência da guerra com a Ucrânia, mas também devido à situação no Mar Vermelho, face aos ataques e ameaças dos Houtis aos navios que navegam nesta área.

No entanto, pese embora a implementação da AY em 2013 e a consequente melhoria da segurança marítima nos últimos anos, os riscos e ameaças nas águas do GdG ainda são elevados, especialmente devido à grande fragilidade político-social da maioria destes países.

As ameaças assumem várias formas, estão frequentemente interligadas e podem, coletivamente, conduzir a atividades criminosas potenciadoras de ligações com redes terroristas, pondo em risco a estabilidade dos Estados e reduzindo as possibilidades de um desenvolvimento económico e social sustentável. As principais ameaças incluem:

a) a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, a descarga ilícita de resíduos, a pirataria e os assaltos à mão armada no mar, incluindo o rapto;

b) o tráfico de seres humanos, de estupefacientes, de armas e de produtos de contrafação, bem como o contrabando de migrantes;

c) o roubo de petróleo *(illegal bunkering)* e atos criminosos nos portos.

O GdG é igualmente importante para Portugal devido aos laços históricos, económicos e estratégicos. A região é um ponto de ligação com países lusófonos e um espaço de interesse para a segurança marítima energética de Portugal. Como referido, a região é rica em recursos naturais, incluindo petróleo e gás, o que a torna estratégica para o abastecimento energético de Portugal, oferecendo igualmente uma alternativa para a diversificação do abastecimento energético do país, reduzindo a dependência de outras fontes. Por outro lado, o GdG é um mercado importante para as empresas portuguesas, com destaque para os setores do turismo, educação, infraestruturas, energia e recursos naturais. Neste sentido, há um crescente interesse em fortalecer a cooperação económica entre Portugal e os países do GdG, com foco em projetos de desenvolvimento e investimento. No entanto, como já mencionado, esta área tem enfrentado grandes desafios de segurança marítima, o que torna esta temática uma preocupação estratégica para Portugal e para a UE.

Portugal tem desempenhado um papel importante na segurança marítima da região, através de várias iniciativas de cooperação, em particular na área da formação, com o objetivo de promover a estabilidade e o desenvolvimento sustentável, em especial nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), através da Cooperação no Domínio da Defesa e da Operação MAR ABERTO, bem como, no quadro da UE, das Presenças Marítimas Coordenadas, e ainda, desde 2020, da Componente nacional do Programa SWAIMS, que envolve os 12 Estados costeiros da CEDEAO, entre os quais dois países lusófonos, Cabo Verde e Guiné-Bissau.

Não obstante, além dos 4 PALOP do GdG, esta região é constituída por mais 15 países, a grande maioria com muitas fragilidades e necessidades de apoio na área da segurança marítima, sendo de sublinhar que alguns desses países têm grandes potencialidades de crescimento económico no curto/médio prazo, i.e., Senegal, Costa do Marfim e Gana, principalmente devido ao recente início de exploração *offshore* de gás natural e petróleo, revelando-se como potenciais oportunidades de cooperação em vários domínios, em particular nas áreas militar e económica. De relevar, ainda, nos países francófonos, uma clara intenção de diversificar a cooperação com outros países além de França.

OBJETIVOS E ENTREGÁVEIS DA COMPONENTE NACIONAL DO SWAIMS

A Componente nacional do SWAIMS, operacionalizada através da UIC e implementada pela Marinha e AMN, tem

como principal objetivo robustecer a capacidade de resposta operacional das Marinhas ou Guardas-costeira dos Estados costeiros da CEDEAO, habilitando-as a intervir no mar de forma expedita e eficaz contra atividades ilícitas. Esta Componente está alinhada com as outras Componentes ou Projetos do Programa SWAIMS, bem como com os outros Projetos financiados pela UE, todos com o objetivo de melhorar a segurança marítima no GdG.

Portugal, através da referida parceria entre o Camões I.P., a DGPDN e a Marinha, comprometeu-se a entregar **24 embarcações semirrígidas (RHIB)**[5] aos países beneficiários do projeto, duas para cada país, destinadas a operações de fiscalização e interceção marítima. Juntamente com as embarcações, serão também disponibilizados **equipamentos (*kits*) de material forense** para recolha e preservação de prova, essenciais para a investigação e posterior processo judicial de crimes marítimos.

Outro entregável muito importante do projeto é a **formação e o treino operacional**. Sob coordenação da UIC, a formação é assegurada por especialistas da Marinha e da AMN, constituindo-se como um pilar fundamental do projeto, cobrindo áreas como a operação e manutenção das RHIB, combate à criminalidade marítima, procedimentos e técnicas de abordagem, fiscalização da pesca, operações de busca e salvamento marítimo (SAR), técnicas de sobrevivência, procedimentos de rádio, regulamento internacional para evitar abalroamentos no mar (RIEAM), combate à poluição em ambiente marítimo, entre outras.

Além dos equipamentos que irão receber, pretende-se que os países beneficiários desenvolvam capacidades e perícias que os habilitem a operar e manter eficazmente esses equipamentos, garantindo a sustentabilidade do investimento realizado.

SÍNTESE DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A componente nacional do SWAIMS, cuja conclusão estava inicialmente prevista para junho de 2024, teve um grande contratempo inicial devido à ausência de propostas válidas no 1º concurso público internacional de aquisição de 30 RHIB, lançado pelo Camões I.P. no 3º trimestre de 2022. Esta situação obrigou a que, após a autorização da UE e da CEDEAO, validada pelo *Steering Committee* em junho de 2023, no 3º trimestre de 2023 se lançasse um novo concurso público internacional de aquisição de RHIB em novas condições: (1) diminuição do número de embarcações a adquirir, de 30 para 24 RHIB (2) aumento do orçamento máximo de 5,2M€ para 6,0M€ e (3) extensão do final do projeto de 4 de junho de 2024 para 31 de dezembro de 2025.

Assim, como corolário do 2º concurso, em fevereiro de 2024, o Camões I.P. adjudicou a aquisição das embarcações à *Narwhal Boats*, empresa que construiu as RHIB para o futuro navio D. *João II*. No entanto, na sequência de uma contestação em tribunal interposta em março de 2024 por uma empresa concorrente, de que resultou um novo atraso no projeto, só no final de janeiro de 2025 foi possível o Camões I.P. e a *Narwhal Boats* assinarem o contrato de aquisição e fornecimento das 24 RHIB. Face ao sucedido, foi novamente necessário solicitar autorização à UE e à CEDEAO para prorrogar o final do projeto, desta feita até 31 de dezembro de 2026, o que foi formalmente autorizado dia 11 de junho de 2025.

Relativamente **ao Plano de Formação e Treino Operacional (PFTO)**, encontra-se dividido em quatro fases. A **Fase I** consistiu na apresentação do projeto e na Avaliação das Necessidades de Formação de cada um dos países beneficiários, tendo as 12 visitas técnicas decorrido entre 2022/2023. A **Fase II**, que se traduziu no Curso de Formação de Formadores (CFF), decorreu em Portugal entre 19 de setembro e 30 de novembro de 2023, tendo participado 36 elementos, 3 de cada país beneficiário. Esta abordagem – formar formadores – visou contribuir para o desenvolvimento de capacidades sustentáveis e autónomas, um aspeto crucial para o sucesso do projeto a médio/longo prazo. Os 36 elementos ficaram alojados na ETNA durante os 3 meses de duração do curso, o que se revelou um grande desafio, pois tinham experiências, idiomas, culturas, religiões, costumes e hábitos muito diferentes. Além da ETNA, o curso desenrolou-se também na Direção-Geral de Autoridade Marítima/Escola de Autoridade Marítima – Núcleo de Formação Náutica, no Comando do Corpo de Fuzileiros e no Centro Integrado de Treino e Avaliação Naval.

Foto 2SAR TA Ricardo Pinho

Considerando o atraso do projeto de cerca de 1 ano devido ao litígio em tribunal, entre março e dezembro de 2024 – a anteceder a **Fase III** do PFTO, que compreende os Cursos de Formação das Tripulações (CFT) a ministrar em cada país –, a UIC deslocou-se aos 12 países com o objetivo de coordenar a implementação dos Memorandos de Entendimento (MdE), assinados entre o Camões I.P. e os países beneficiários entre 2022 e 2023. Os objetivos específicos destas visitas técnicas foram: (1) acertar o processo logístico-administrativo referente ao transporte, entrega, operação e manutenção das RHIB; e (2) delinear o programa e cronograma do CFT mais adequado a cada país, incluindo a calendarização das duas subfases, uma a ministrar antes da entrega das embarcações e a outra imediatamente após a entrega das RHIB, com o que se concluirá a Fase III do PTFO.

Com o apoio da UIC, da Marinha e da AMN, até final de junho de 2025 foram realizados módulos de formação da 1ª subfase da Fase III do CFT nos seguintes 9 países:

- **CABO VERDE (JUNHO 2024):** criminalidade marítima, fiscalização da pesca, combate à poluição em ambiente marítimo. Total: 15 formandos.
- **COSTA DO MARFIM (JULHO 2024):** criminalidade marítima, fiscalização da pesca. Total: 15 formandos.
- **BENIM (AGOSTO 2024):** criminalidade marítima e combate à poluição em ambiente marítimo. Total: 11 formandos.
- **GUINÉ-BISSAU (SETEMBRO A OUTUBRO 2024):** criminalidade marítima, técnicas de abordagem, técnicas de sobrevivência no mar, procedimentos radiotelefónicos, fiscalização da pesca, combate à poluição em ambiente marítimo e RIEAM. Total: 27 formandos.
- **GÂMBIA (NOVEMBRO 2024):** criminalidade marítima. Total: 16 formandos.
- **SERRA LEOA (JANEIRO A FEVEREIRO 2025):** criminalidade marítima, técnicas de abordagem e fiscalização da pesca. Total: 34 formandos.
- **GANA (FEVEREIRO 2025):** criminalidade marítima, técnicas de abordagem e combate à poluição em ambiente marítimo. Total: 24 formandos.
- **LIBÉRIA (MARÇO A ABRIL 2025):** criminalidade marítima, técnicas de abordagem, operações SAR, fiscalização da pesca e combate à poluição em ambiente marítimo. Total: 38 formandos.
- **GUINÉ (MAIO E JUNHO 2025):** criminalidade marítima, técnicas de abordagem e fiscalização da pesca. Total: 66 formandos.

No respeitante à construção das RHIB, as duas primeiras visitas dos dois gestores de contrato, um elemento do Camões I.P. e um elemento da UIC, apoiados por um Engenheiro da Direção de Navios da Marinha, ao estaleiro da *Narwhal Boats*, Pontevedra, decorreram, respetivamente, a 22 de abril p.p. e a 28 de maio p.p.. Prevê-se que as duas primeiras RHIB sejam entregues em Cabo Verde até final de setembro p.f., seguindo-se um plano[6] de entregas de duas embarcações por mês/país durante 1 ano.

Conforme referido, a 2ª subfase da Fase III do PTFO decorrerá imediatamente após a entrega e disponibilização das RHIB em cada um dos países, o que será um grande desafio, pois irá requerer muita flexibilidade e articulação entre todas as entidades envolvidas, especialmente considerando a incerteza no planeamento do transporte marítimo de contentores para a região, de que depende a definição das datas de disponibilidade das RHIB para a realização dos módulos de formação finais da Fase III do PTFO.

É de assinalar, igualmente, o lançamento no dia 21 de maio p.p. do concurso público para aquisição dos 24 *kits* de material forense, que serão entregues juntamente com as RHIB, prevendo-se que o Camões I.P. adjudique a aquisição deste material durante o mês de julho de 2025.

A **Fase IV** do PFTO consiste na realização de um conjunto de **exercícios no GdG envolvendo um navio da Marinha** e os meios fornecidos aos 12 países. Prevê-se que esta fase decorra em outubro/novembro de 2026.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Os resultados alcançados até final de junho de 2025 refletem o compromisso da UE, e de Portugal em particular, em fortalecer a segurança marítima no GdG, designadamente através do contributo do projeto para o desenvolvimento de capacidades marítimas dos países costeiros da CEDEAO.

Até à data, excluindo a entrega das RHIB e dos *kits* de material forense, que conforme referido se prevê que comecem a ser entregues a partir de setembro, destacam-se os seguintes resultados alcançados: (1) Assinatura de um MdE com cada país beneficiário, estando a decorrer o processo de assinaturas da Adenda 1 a cada um destes MdE, pois foi igualmente necessário estender a sua validade inicial; (2) Realizadas 24 visitas técnicas, duas a cada país, o que permitiu o desenvolvimento de relações profissionais interpessoais e um bom nível de confiança entre as partes; (3) Realização, na Marinha, do CFF, de 19 de setembro a 30 de novembro de 2023, com a participação de 36 elementos, 3 de cada país beneficiário; (4) Realização de módulos de formação (1ª subfase da Fase III do CFT) em 9 dos 12 países, num total de 240 elementos formados.

Outro resultado importante do projeto é o contributo para a cooperação interagências, essencial para a melhoria da segurança marítima no GdG, pois possibilita não só combater a cegueira marítima de muitos dos países da região, como também para promover uma visão comum entre os vários atores, facilitando a apropriação local do conhecimento, dos procedimentos e das perícias. Permite, ainda, que cada país adapte as estratégias às suas necessidades específicas, aumentando a eficácia das iniciativas. A título de exemplo, podemos destacar o CFF realizado em Portugal, durante o qual os 36 elementos dos Estados costeiros da CEDEAO de distintas instituições partilharam experiências, aprenderam diferentes realidades e estabeleceram relacionamentos interpessoais que se manterão para o futuro, ou ainda as ações de formação da 1ª subfase do CFT que decorreram em vários países, i.e., na Guiné-Bissau em setembro/outubro de 2024, apoiadas por especialistas da Marinha e da AMN, nas quais participaram 27 elementos, militares e civis de diversas instituições, tais como a Ma-

rinha da Guiné-Bissau, Instituto Nacional de Fiscalização e Controlo de Atividades das Pescas (FISCAP-IP), Polícia Judiciária, Instituto Marítimo-Portuário e Brigada Costeira da Guarda Nacional, o que evidencia a natureza abrangente do projeto. Esta abordagem interagências fortalece a coordenação entre as diferentes entidades com jurisdição no domínio público marítimo, promovendo uma resposta mais integrada e eficaz aos desafios de segurança marítima.

Durante as visitas técnicas aos 12 países realizadas ao longo de 2024, houve o cuidado de identificar as necessidades formativas de cada país, com o intuito de as adaptar às especificidades de cada Marinha ou Guarda-costeira, nomeadamente em termos de capacidades, recursos e necessidades existentes. Este aspeto é particularmente relevante num contexto de Marinhas ou Guardas-costeira com grandes fragilidades. A abordagem personalizada adotada tem permitido maximizar o impacto da formação, assegurando que os conhecimentos transmitidos são efetivamente aplicáveis ao contexto operacional de cada país, bem como reforçar a confiança e credibilidade da Marinha e da AMN.

DESAFIOS E OPORTUNIDADES

A implementação da Componente nacional do SWAIMS no GdG enfrenta desafios estruturais intrínsecos à heterogeneidade dos países beneficiários, mas também revela oportunidades para a consolidação da cooperação regional e, em especial, para a cooperação portuguesa. A disparidade de capacidades marítimas entre os diversos países, com Marinhas como a da Nigéria, Senegal ou Gana, dotadas de recursos mais avançados, enquanto países como a Guiné, Guiné-Bissau, Gâmbia, Serra Leoa, Libéria, Benim ou Togo, com estruturas e capacidades muito limitadas, exige abordagens diferentes em termos de tipologia de relacionamento, formação e alocação de equipamentos.

A sustentabilidade operacional dos equipamentos fornecidos é comprometida não só pela assumida inexistência de continuidade dos projetos financiados pela UE, mas também pela grande dependência de assistência externa na manutenção e operação desses equipamentos, e ainda, pela alta rotatividade do escasso pessoal qualificado. Para mitigar essas fragilidades e conforme mencionado, o projeto implementou um programa de formação de formadores e considerou a formação de várias tripulações de RHIB por país, visando a autonomia progressiva dos países beneficiários.

A Componente nacional do SWAIMS catalisou algumas iniciativas inovadoras alinhadas com os interesses da UE e dos parceiros regionais, tendo igualmente participado em diferentes fora internacionais, i.e., cimeiras do G7++FoGG[7], conferências de segurança marítima sobre o GdG, reuniões sobre a segurança marítima no GdG realizadas no Serviço de Ação Externa (SAE) da UE em Bruxelas e reuniões *online* sobre projetos de segurança marítima no GdG patrocinadas pelo SAE.

A participação regular de Portugal nas Presenças Marítimas Coordenadas, a iniciativa MAR ABERTO, as patrulhas conjuntas com os navios NRP *Zaire* / NRP *Centauro* em São Tomé e Príncipe ou ainda a participação em exercícios no GdG organizados por países não africanos, têm vindo a reforçar a confiança e interoperabilidade entre Marinhas ou Guardas-costeira do GdG e a Marinha. A nova iniciativa dos países do GdG liderada pela Nigéria designada de *Combined Maritime Task Force* (CMTF), que prevê a possibilidade de integrar unidades navais de países fora do GdG, poderá oferecer novas oportunidades de cooperação para a Marinha, uma vez que se trata de um modelo escalável para resposta rápida a incidentes ou crimes marítimos, sem prejuízo do enquadramento legal que será necessário acautelar previamente.

As sinergias entre o SWAIMS, os vários projetos financiados pela UE na área da segurança marítima e as demais iniciativas de caráter bilateral ou multilateral, posiciona Portugal como um promotor confiável e credível de segurança marítima no GdG.

Além da cooperação na área da segurança marítima que tem sido concretizada nos últimos anos com alguns países do GdG, a Marinha possui uma assinalável experiência em vigilância marítima e operações de segurança marítima, pelo que poderá utilizar este capital de credibilidade e confiança para estender a cooperação bilateral e regional no GdG em áreas tecnológicas em desenvolvimento, i.e., a integração de veículos não tripulados em sistemas de vigilância costeira e de troca de informação.

> Para a Marinha Portuguesa e AMN, o projeto tem permitido projetar as suas capacidades e conhecimentos, reafirmando o seu papel como uma Marinha de duplo uso, designadamente no apoio ao desenvolvimento e segurança.

Por outro lado, considerando a preponderância da principal agência de cooperação de França[9] como agência selecionada pela UE para implementar projetos[8] financiados pela UE através da modalidade de gestão indireta na área da segurança marítima no GdG – e num segundo plano, também as agências de cooperação de Espanha[10], Alemanha[11] e três agências da ONU[12] –, seria estratégico e muito importante que Portugal conseguisse competir com visão e proatividade nesta realidade, o que além da remuneração[13] e de uma maior presença no GdG, poderá abrir portas a áreas de cooperação noutros domínios, i.e., económico, militar, diplomático ou informacional.

CONCLUSÕES

A participação de Portugal no SWAIMS tem vindo a representar um marco significativo na cooperação entre Portugal e os países costeiros da África Ocidental, constituindo-se como uma mais-valia estratégica que poderá ser potenciada. A presença nestes 12 países do GdG nos últimos 5 anos, tem permitido fortalecer laços de confiança e posicionar o país como um parceiro de referência em matéria de segurança marítima. Este contributo alinha-se com os objetivos estratégicos da Marinha, em consonância com a política externa e de cooperação para o GdG no domínio da defesa e segurança.

Face às suas características geopolíticas e recursos, o GdG assume uma importância crescente no contexto internacional, particularmente no que diz respeito à segurança das rotas comerciais marítimas, ao acesso a recursos energéticos e ao potencial de cooperação económica. O GdG tem atraído a atenção de alguns países europeus, tais como a França, Dinamarca, Espanha ou Alemanha, bem como de potências como os Estados Unidos, China e Índia, que estão a redefinir África como região prioritária no cenário energético global. Esta atenção deve-se não apenas à crescente dependência dos recursos energéticos, mas também à necessidade de maior segurança marítima numa zona que conecta o tráfego marítimo e informacional de vários continentes, devido à sua posição central no oceano Atlântico.

No atual cenário global, marcado pelas consequências da nova reconfiguração internacional, a presença portuguesa na África não lusófona do GdG poderá adquirir uma relevância acrescida. A presença, interação e reputação que Portugal tem na região, posiciona o país na vanguarda desta aproximação, criando bases sólidas para futuras ações de cooperação, não só na área da segurança marítima, mas também em termos de cooperação económica em geral.

Em suma, o SWAIMS exemplifica como Portugal, através da Marinha, AMN, DGPDN e Camões I.P., contribui ativamente para a segurança e estabilidade internacionais, reforçando simultaneamente a sua posição como parceiro estratégico confiável no GdG. Este posicionamento, num momento de transformação das relações internacionais, representa um investimento no futuro das relações entre Portugal, a Europa e os países africanos, com potenciais benefícios em múltiplos domínios.

Cortes Lopes
COM
Colaboração do ***CMG Leal Caneco***

Notas:

[1] 2 países lusófonos: Cabo Verde e Guiné-Bissau; 5 países francófonos: Benim, Costa do Marfim, Guiné, Senegal e Togo; e 5 países anglófonos: Gâmbia, Gana, Libéria, Nigéria e Serra Leoa.

[2] O processo de certificação designa-se *Pillar Assessment*, conforme descrito no Regulamento Financeiro da UE, que descreve as modalidades de gestão dos programas financiados pela UE e respetivos requisitos.

[3] Os elementos da UIC desempenham funções ao abrigo do Decreto-Lei nº 238/96, de 13 de dezembro (pessoal em Cooperação Técnico-Militar), exceto o especialista marítimo e oficial de ligação, que tem um contrato de Agente de Cooperação com o Camões I.P.

[4] Estratégia Marítima da UE para o GdG, revista em 2023.

[5] As Especificações técnicas foram elaboradas pela Marinha e constam no Acordo de Contribuição, assinado a 04SET20 pela UE e pelo Camões I.P., fazendo igualmente parte do MdE assinado pelo Camões I.P. com cada um dos 12 países. Principais características das RHIB: 9 m de comprimento; 3 m de boca; 2800 T; 2 motores de 300 Cv; 2 tanques; autonomia à velocidade máxima: 4 horas + 3 horas a velocidade de cruzeiro; 2 tripulantes + equipa de 5 pessoas; capacidade para navegar até 4m; 2 consolas; radar banda X; Comms VHF; GMDSS; sonda; DGPS; AIS; EPIRB; 1 berço; 1 motor sobressalente por cada RHIB; câmara térmica; óculos de visão noturna e *pack* de sobressalentes.

[6] De acordo com o planeamento atual, o segundo país será o Senegal (outubro de 2025), o terceiro será a Gâmbia (novembro de 2025) e o quarto a Guiné-Bissau (dezembro de 2025). O último país a receber as RHIB deverá ser a Nigéria, em agosto de 2026 (a confirmar, dependendo do planeamento do transporte marítimo, cuja responsabilidade contratualizada compete à empresa).

[7] G7 *Group of Friends of the Gulf of Guinea*.

[8] Além do SWAIMS, apresentam-se alguns projetos de segurança marítima no GdG financiados pela UE (valor entre parênteses) através da modalidade de gestão indireta: PASSMAR (10M€), GOGIN I e II (19M€), EnMAR (6M€), WASOP (59M€), SEACOP I to VI (20M€), PESCAO (15M€), CRIMJUST (12M€), WeCAPS (8,5M€) e SAFE SEAS FOR AFRICA (29M€), entre outros.

[9] *Expertise France, Agence Française de Développement* (AFD)

[10] *Fundación Internacional y para Iberoamérica de Administración y Políticas Públicas* (FIIAP).

[11] *Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ).

[12] *International Maritime Organization* (IMO), *United Nations Office On Drugs and Crime* (UNODC) e *United Nations Institute for Training and Research* (UNITAR)

[13] A Organização selecionada pela UE para implementar cada projeto é remunerada num valor de cerca de 7% do financiamento da UE que for efetivamente realizado. No caso do SWAIMS, prevê-se que o Camões I.P. receba cerca de 700m€.

O PAÇO REAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

10 SÉCULOS DE HISTÓRIA

Gentes, **Monumentos** e Acontecimentos

10

A imponente e magistral fachada da Universidade, numa postura estética de *château de plaisance*, com a sua luminosa fronte emoldurada em três altas arcarias encimadas pelas armas Reais, e escadarias de aparato, é reveladora de um soberbo edifício com identidade medieval, esteticamente quase perfeito na sua conjugação renascentista e barroca, emoldurado nos topos por densos merlões, com elegante colunata a enquadrar a *via latina*, e uma ampla envolvente onde protagonizam a apurada abordagem manuelina da capela de S. Miguel e a magnífica biblioteca joanina, absolutas joias da arquitectura nacional e europeia. A Universidade de Coimbra, primaz e multisecular, é uma das 11 universidades mais antigas da Europa[1], e a sua insigne e reputadíssima história confere-lhe um estatuto único a nível internacional, apenas comparável, em prestígio e beleza arquitectónica, designadamente, às mais antigas universidades italianas, inglesas e francesas[2].

A Universidade tem cerca de 25.000 estudantes[3] em 8 Faculdades, e foi, juntamente com a belíssima Universidade de Évora[4], a única academia portuguesa até à implantação da República[5]. Sendo um foco cultural inigualável, muitíssimo bem preservada e recuperada, é visitada por cerca de 500.000 pessoas por ano[6] o que, tratando-se de visitas a uma universidade, são números verdadeiramente impressionantes.

A ilustríssima Universidade de Coimbra é classificada pela UNESCO como património da Humanidade desde 22 de Junho de 2013, sendo uma das únicas 5 universidades do mundo[7] que ostenta tal classificação, e, por todo o seu contexto e absoluto valor intrínseco, impõe-se dedicar-lhe um artigo da colecção.

Foto Daniela Simões

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Toda a actual zona do Paço das Escolas teve ocupação romana, até porque a Universidade está sedeada perto do *criptopórtico de Aeminium* que está na base do Museu Machado de Castro[8] e que seria o suporte edificado do *Forum* romano, e no actual espaço da universidade funcionariam, talvez, os *officium registri* e os *cartorium*. Com a conquista muçulmana, no Séc. X (987)[9], Almançor, *al-Mansur*, ali construiu a sua Alcáçova, um edificado de dimensão em quadrado que teria cerca de 80 metros de lado, até que Coimbra foi conquistada por Fernando Magno a 27 de Dezembro de 1064, tendo o condado sido concedido a Sesnando Davides[10], um moçárabe que serviu na Corte de Sevilha e que, até quase final do Séc. XI (1091), teve grande relevância no governo e desenvolvimento cultural e económico da cidade e de toda a zona[11] envolvente a Coimbra.

Em 1130-31, o Rei Afonso, Primeiro de seu nome, fez construir na Alcáçova a sua Corte régia[12], edificando um Paço onde mantinha as suas Chancelarias reais[13], também porque Coimbra estava mais perto das fronteiras físicas do Reino, bem como era a cidade onde, precisamente desde 1130, Santa Cruz constituía o centro de formação de quadros da Corte[14], sendo este, no entendimento de alguns autores[15], a verdadeira primeira base do ensino *universitário* português. No Paço de Coimbra nasceram quase todos os Reis da Primeira Dinastia[16] o que concede ao espaço uma simbologia especial em âmbito da história nacional, tendo os sucessivos monarcas edificado alas de extensão do Paço Real, ainda hoje notórias como por exemplo as arcarias góticas medievais na Sala do Conselho Científico da Faculdade de Direito, e os belíssimos tectos abobadados dos pisos inferiores da Biblioteca.

A Universidade foi criada em Lisboa em 1290, por impulso inicial de uma carta de 12 de Novembro de 1288 de um grupo de eclesiásticos a Nicolau IV, escrita em Montemor-o--Novo, solicitando a protecção papal para um estudo geral fundado em Lisboa, e que teria o assentimento e consentimento do Rei, o qual seria financiado por rendas oriundas de mosteiros e igrejas Portuguesas[17]. A data, no entanto, tem sido tema de debate. Ilustres autores como Rómulo de Carvalho[18], e até Veríssimo Serrão[19], defendem que o pedido de criação de um *Estudo Geral* no Reino indicia que já antes funcionaria desde 1288 uma vez que a carta de D. Dinis de 1 de Março de 1290 visava ampliar os privilégios do Estudo, o que pressupõe uma fundação anterior[20].

Foto Dr. Luís da Costa Diogo

Contudo, já depois de 1290, a sua institucionalização foi criando forte resistência dos burgueses e comerciantes da cidade de Lisboa[21] muito devido aos tumultos causados pelos estudantes, o que fez com que o Rei, em 1308, a fixasse em Coimbra – tendo-lhe sido outorgados, no ano seguinte, os estatutos "*Magna Charta Privilegiorum*"[22] –, tendo retornado a Lisboa, por ordem de D. Afonso IV, em 1338, e regressado de novo a Coimbra em 1354. O Rei D. Fernando determinou o seu regresso a Lisboa em 1377, onde viria a funcionar durante 160 anos. De facto, foi somente com D. João III, em Março de 1537, que estabilizou, em definitivo, em Coimbra[23], nomeando para seu Reitor D. Garcia de Almeida. E decidiu assim, talvez atenta a fase que se vivia, para resguardar os estudos das novas ideias *luteranas* que quotidianamente entravam na capital muito por via dos navios mercantes oriundos do Norte, sobretudo da Flandres. A ideia inicial teria sido institucionalizá-la em Santa Cruz – precisamente, a cidade de Coimbra já era, há séculos, um centro cultural ilustre muito devido à relevância do mosteiro, até *política*, desde o Séc. XII –, mas houve uma forte reactividade dos frades agostinianos, o que ocasionou que o Rei lhes retirasse os rendimentos das (inúmeras) quintas e os atribuísse ao Reitor da Universidade.

Mas sobre Santa Cruz importa desenvolver algo mais. Com efeito, não foi apenas no Séc. XII e XIII que Santa Cruz assumiu relevância cultural e *académica*. Ainda no Séc. XVI lá subsistiam os chamados *estudos superiores* e, a partir de 1535, por Decreto, esses estudos passaram a ter que ser *abertos* permitindo que estudantes ali frequentassem os estudos *preparatórios*, factor que, aliás, foi precisamente um dos argumentos que contribuíram para que o Rei transferisse, em definitivo, a Universidade para Coimbra. O monarca tinha visitado Coimbra em 1527, tendo verificado que Santa Cruz possuía uma extraordinária biblioteca e desenvolvia os estudos com muita qualidade. Coimbra tinha, no Séc. XVI, um ambiente cultural muito diferente das outras cidades do resto do País, existindo mesmo nos ambientes académicos e sociais partilha de documentos e manuscritos, onde se estudavam profusamente as novas correntes do Renascimento[24] que por aquelas alturas chegavam, de Itália e de França, por intercâmbios, comércio ou por via da navegação mercante, então, em Lisboa, com índices únicos na Europa.

Em 1542, próximo do actual Paço das Escolas, foi construído pelos jesuítas o Colégio de Jesus para formação dos mais novos e dos futuros estudantes da Universidade. Há, aliás, um espólio imenso deste Colégio que ainda se encontra e se preserva nos arquivos *universitários*, designadamente a primeira ilustração científica de astronomia em Portugal.

D. João III impulsionou que quadros portugueses fossem obter formação nas Universidades de Paris, Salamanca e Pisa, contribuindo para um franco enriquecimento das suas qualificações no melhor âmbito académico que existia, assim como em Coimbra se receberam docentes e estudantes dessas universidades, o que bem comprova a cooperação cultural de então.

Foi na Sala dos Capelos, ilustríssimo espaço[25] que marcou a história de Portugal em várias épocas[26], que, a 6 de Abril de 1385, e no seguimento da grave crise dinástica ocorrida depois da morte sem descendência do Rei D. Fernando em 1383, foi eleito, por aclamação, o Mestre de Avis como décimo Rei de Portugal, muito apoiado pelo Condestável, numa assembleia onde estavam representados o Clero (6 bispos[27]), a nobreza (80 fidalgos) e os procuradores eleitos pelos Concelhos, estando 60 cidades e vilas representadas, matéria extensamente tratada, de forma primorosa, por Fernão Lopes[28], nas suas crónicas[29] de 1443, sendo que o ilustre Cronista ainda conheceu pessoalmente alguns dos protagonistas das famosas Cortes[30].

Nos primeiros quartéis do Séc. XVI, e após a institucionalização definitiva da Universidade, Coimbra, nas décadas de 30/40, viu crescer a sua população de 1500 habitantes para cerca de 15.000, sendo que muitos deles eram oriundos de outras cidades do Reino, crescimento que potenciou a cidade como uma das que conheceu maior processo transformacional sócio-cultural no quadro das cidades ibéricas.

A Reforma Pombalina operada durante o terceiro quartel do Séc. XVIII foi determinante[31] para o notório desenvolvimento ulterior da Universidade. Com a nomeação, em 1770, da Junta de Providência Literária, pretendeu-se avaliar as causas da decadência dos estudos universitários, sendo que o *Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra*, que constituiu o relatório daquela Junta, publicado no ano seguinte (1771), veio a originar a publicação dos estatutos pombalinos, aprovados por Lei de 28 de Agosto de 1772. O próprio Sebastião de Carvalho e Mello, com a formalidade necessária, fez entregar os *Novos Estatutos* ao Reitor D. Francisco de Lemos Faria Pereira Coutinho, tendo os velhos estatutos – que vigoraram de 1598 a 1772 – sido derrogados por provisão de 17 de Outubro. Alguns autores entendem[32] que a Reforma Pombalina (1772-1837) corporizou o fim da *velha* universidade e a institucionalização da universidade *moderna*, com a criação estrutural de 6 Faculdades: Cânones, Leis, Filosofia, Matemática, Medicina e Teologia[33]. A formatura em Leis ou Cânones permitia o acesso às *Varas* judiciais, ou à *banca*[34] (magistratura e advocacia). Atenta a importância dada ao ensino científico e experimental, foram adquiridos muitos instrumentos científicos (em especial para as áreas de física e química), sendo que o actual Museu de Ciências[35] da Universidade tem a mais completa colecção da Europa de equipamentos adquiridos às mais reputadas oficinas da época.

Foto Dr. Luís da Costa Diogo

A ARQUITECTURA DO EDIFICADO

D. Afonso IV, na década de 1330/1340, decidiu construir uma sala de aparato, do Trono, que tivesse dimensão cerimonial de *salão nobre* e de audiências de um Paço régio, sendo precisamente essa a raiz do extraordinário espaço que conhecemos hoje como Sala dos Capelos ou Sala Grande dos Actos[36], embora a envolvente arquitectónica que hoje ali se pode admirar seja já dos Séculos XVI e XVII (1639-1655). Em especial, todo o magnífico trabalho de azulejaria, os varandins em pau-santo, as exuberantes e belíssimas pinturas de Francisco Morais e de Jacinto Pereira da Costa[37], numa abordagem de pintura brutesca ao tecto abobadado, tendo muitos dos quadros dos Reis de Portugal sido, então, encomendados a um pintor dinamarquês, Carl Falch, sendo outros, posteriormente, já no Séc. XIX, pintados por Batista Ribeiro e Leopoldo Battistini.

Foi já em tempos de união dinástica ibérica, e com a governação filipina, que a Universidade adquiriu o Paço ao Rei, passando, a partir de então[38], a 16 de Setembro de 1597, a designar-se como Paço das Escolas. A seguir à Restauração, ocorreu, como acima referenciado, um avultado investimento em várias alas do Paço e, em especial, na Sala dos Capelos, sob a direcção do Mestre António Tavares e, mais tarde, no Séc. XVIII, com o Mestre Gaspar Ferreira, sobretudo com os extensos trabalhos nas galerias.

A Capela de S. Miguel teve o início da sua construção no Séc. XII, edificada morfologicamente para ser uma capela do Paço Régio, sendo, contudo, toda a sua estrutura e estética actuais fortemente marcadas pelas obras realizadas no Séc. XVI, tendo uma abordagem arquitectonicamente manuelina, o que ressalva desde logo no seu magnífico e exuberante pórtico e nas duas janelas que o ladeiam, constituindo um equilíbrio perfeito com o revestimento azulejar interior do Séc. XVII. De relevar os famosíssimos frescos que profusamente decoram os tectos, e as lindíssimas pinturas renascentistas em madeira e tela, hoje totalmente recuperadas, sendo o órgão já da época barroca joanina (1733), considerado, aliás, um dos exemplos mais extraordinários do órgão Português e ibérico (embora muito posterior ao fantástico órgão da Igreja de Santa Cruz).

A Universidade de Coimbra é, claro está, também famosa por integrar a mais sumptuosa biblioteca universitária do mundo[39], a qual é não apenas um notável tesouro da arquitectónica joanina, como também uma requintada e absoluta obra prima do barroco europeu. Construída numa morfologia de 3 pisos, aproveitando bases do edificado medieval (prisão integrante do Paço e, posteriormente, prisão académica[40]), os soberbos tectos do piso superior – nas 3 salas – deixam antever um ambiente eclesiástico barroco, retratando a sabedoria nas várias representações das sucessivas salas, e configurando – na imagem dos vários continentes, assumindo a ideia de universalidade do saber, e em linguagem mitológica – a erudição dos grandes valores da Humanidade. Tida, no seu formato inicial oitocentista, como uma *casa da livraria*[41], a Biblioteca mantém um resguardo arquitectónico com paredes de grande espessura[42] que garantem uma estabilidade térmica, bem como as suas grandes janelas rasgadas asseguram uma luminosidade que permite a leitura. Ao fundo, na terceira sala, está o retrato do Rei, pintado por Domenico Duprà, em 1725, enquadrando aquele último pano da Biblioteca com o requinte próprio da exuberante estética barroca.

O piso intermédio, de lindíssimo tecto abobadado, era a sala dos guardas-vigias da prisão académica[43], tendo, posteriormente, servido para depósito de livros, sendo atualmente sala complementar do espólio e de leitura.

De extrema e esplendorosa elegância, o interior do piso nobre é composto, na parte superior, por uma magnífica e ornamentadíssima balaustrada decorativa de fino porte (num varandim que assenta em belíssimas colunatas decoradas em talha), recortada em riquíssimas madeiras oriundas do Brasil, tendo toda a Biblioteca um profuso e soberbo trabalho em talha dourada encimada, no topo, pelas armas Reais. O seu valiosíssimo espólio, estimado em cerca de 60.000 livros[44], abrange publicações desde os Séculos XV e XVI, incluindo, nomeadamente, os Roteiros da Índia de D. João de Castro, a primeira edição dos Lusíadas (Março de 1572), a Bíblia Hebraica (1450)[45], a Bíblia Latina de Fust e Petrus Schoeffer, de 1462, o *Livro de Horas* do Séc. XVI, a Peregrinação de Fernão Mendes Pinto, impressa em 1614[46], e o original manuscrito do Frei Luís de Sousa, de Garrett (1843), e muitos manuscritos medievais oriundos da Biblioteca de Santa Cruz, verdadeiros tesouros culturais da Humanidade, além de infindáveis edições e coleções de valor intrínseco incalculável.

Da área correspondente ao antigo Paço Real sobrevivem vários espaços como a zona do claustro, a Sala das Armas e a Sala do Exame Privado, que era o aposento Real. Na Sala das Armas podem admirar-se oito tábuas maneiristas dos Séculos XVI e XVII, com cenas do Antigo Testamento,

Foto Daniela Simões

e nela se encontram expostas, em aparato, as armas (alabardas) da *Guarda Real dos Archeiros* – guarda académica que foi criada para segurança do Reitor e dos edifícios da Universidade – e que ainda hoje são usadas pelos archeiros nas cerimónias de investidura do Reitor e de imposição de insígnias doutorais[47]. As salas seguintes eram de recepção e estão decoradas com as cores alusivas às várias Faculdades. De relevar, ainda, na Sala do Exame Privado[48], o exu-

berantíssimo tecto barroco abobadado que deixa antever o anterior aposento Real, nela se podendo admirar pinturas dos 38 primeiros Reitores da Universidade, desde 1537, prolongando-se a designada *Galeria dos Reitores* por outras salas e até ao corredor com textos em caixotão.

Todo o impressionante e inigualável edificado da Universidade de Coimbra é uma multisecular obra de arte viva, soberba, requintada e integrando um património histórico e sócio-cultural de inestimável valor, sendo, indubitavelmente, uma joia da Humanidade. As suas ilustríssimas fundações, paredes, salas e espólio percorreram quase 10 séculos da história de *Portucale* e de Portugal, e, atento também todo o seu percurso como academia primaz e de excelência, permite-lhe ostentar, como tal, a simbologia suprema da *alma mater*, que engrandece e orgulha a Nação.

Dr. Luís da Costa Diogo
Diretor Jurídico da DGAM

N.R. *O autor não adota o novo acordo ortográfico*

Notas

[1] Dir-se-á, eventualmente, do mundo. Embora existam dados não coincidentes sobre o início de algumas universidades das que seguidamente se elencam, poucas dúvidas existirão que Bolonha foi a primeira a ser criada (1088), e, ainda no Séc. XI, Oxford em 1096 (data não absolutamente definida), e, depois, no Séc. XII, a de Salamanca (1134) e de Paris (1150), e no Séc. XIII, Cambridge (1209), Arezzo (1215), Pádua (1222), Nápoles (1224), Siena (1240), Valladolid (1241) e Montpelier e Coimbra (1290). Ver o contributo que demos em "*Noções e Conceitos Fundamentais de Direito*", QuidJuris, 2007, e o extraordinário trabalho de José de Sotto Mayor Pizarro sobre a fundação da universidade, em "*D. Dinis*", Lisboa, 2005. A tipologia e âmbito eclesiástico do ensino universitário medieval, bem como a necessidade da protecção e validação papal, explicam o facto de uma percentagem muito significativa das primeiras Universidades ser dos ducados e regiões italianos, que ainda teriam Perúgia (1308) e Pisa (1339) no Séc. XIV.

[2] E também à de Salamanca.

[3] Por dados consultados, sensivelmente o mesmo número de Cambridge. Em Coimbra, actualmente, esses estudantes representam cerca de 100 nacionalidades.

[4] Fundada no Séc. XVI, em 1559, sendo, historicamente, uma universidade da *contra-reforma*, com perfil de ensino jesuíta.

[5] As universidades de Lisboa e do Porto foram fundadas pelo Decreto de 22 de Março de 1911. Já havia, contudo, antecedentes de *estudos superiores* em Lisboa e no Porto desde o Séc. XVIII, designadamente com a criação da *Aula Náutica* do Porto em 1762, e a *Academia Real da Marinha* em Lisboa, pela Lei de 5 de Agosto de 1779. A *Academia Real dos Guarda-Marinhas* foi criada por Decreto de 1 de Abril de 1796 (integrando a anterior *Companhia dos Guarda-Marinhas* que havia sido recuperada em 1782), atenta, ainda a criação da Escola Politécnica em 1837. A Escola Naval, que resultou da reforma do ensino naval, seria criada por Lei de 23 de Abril de 1845.

[6] Comparativamente, o Museu dos Coches (que, nesse âmbito, é de dimensão e espólio quase únicos a nível mundial) é visitado por cerca de 230.000 pessoas por ano, e o Palácio da Vila, de Sintra, recebe cerca de 1.100.000 visitantes por ano, mas é um palácio Real, e um dos monumentos mais visitados de Portugal.

[7] As outras são a Universidade de Alcalá de Henares (1998), em Espanha, a Universidade Central da Venezuela (2000), a Universidade Nacional Autónoma do México (2007) e a Universidade de Virgínia (1987) nos Estados Unidos, numa avaliação e decisão que envolveram as dimensões cultural, científica, artística e o conjunto histórico do edificado.

[8] Um extraordinário museu, de nível europeu.

[9] Almançor havia feito campanhas militares contra Viseu e Trancoso em 981, o que repetiria em novas campanhas em 990 onde a cidade beirã voltou a ser tomada e, após a sua vitória em Cervera, conquistaria Montemor-o-Velho a 2 de Dezembro do ano 1000.

[10] Casou com a filha do Conde de *Portucale,* Nuno Mendes, a ilustre família portucalense descendente de Vímara Peres. O seu túmulo encontra-se na Sé Velha de Coimbra. Sesnando teve o cognome de o *Povoador* ou o *Edificador*, e sobre esta abordagem ver o valioso estudo de Augusto Filipe Simões em "*Relíquias da Arquitectura Portuguesa Romano-Bysantina em Portugal e em Coimbra*", de 1870. Para mais desenvolvimentos, ver, também, a extraordinária obra de investigação de José Mattoso, "*As famílias condais portucalenses dos Séc. X e XI*", Editorial Estampa, 1981.

[11] A ele se devem, designadamente, a construção dos castelos da Lousã, Montemor-o-Velho, Penacova e Penela.

[12] Ver o valiosíssimo trabalho de investigação de Isabel Moura Anjinho, em especial na "*A Cerca de Coimbra*", de 2015, sobre as fortificações romanas, sua natureza, localização e propósito.

[13] Em 1143, aquando da formalização da Independência, o Paço do Rei era ali, em Coimbra – havendo indícios que o soberano já lá residia há anos – e a sua Sala do Trono era a Sala dos Capelos, existindo uma capela Real onde, agora, está a Capela renascentista de S. Miguel.

[14] Ver o que adensámos em *"O Rei Afonso e Santa Cruz de Coimbra"*, Revista da Armada (Nº 562), de Maio de 2021.

[15] Hermano Saraiva, em *A Alma e a Gente, "Coimbra", 2008.*

[16] Não se tem a certeza histórica do local de nascimento de Afonso Henriques, existindo uma forte convicção que terá sido em Guimarães.

[17] Ver o contributo na nossa obra citada de 2007, e também o ilustre trabalho de investigação de Ruy e Martim de Albuquerque, em "*História do Direito Português*", Lisboa, 1980.

[18] Ver "*História do ensino em Portugal*", Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

[19] Ver "*História de Portugal*", e "*História das Universidades*", 1983.

[20] Para mais desenvolvimentos, ver o excelente estudo de António Sousa Lamy em "*A Academia de Coimbra, 1537-1990*", Rei dos Livros, 1990.

[21] Ainda hoje existem as bases do edificado inicial, designadamente onde funciona um restaurante ao Sacramento, na zona do Chiado.

[22] Tidos como a primeira lei estruturada para o ensino superior em Portugal, incluindo provisões sobre protecção social para os estudantes.

[23] Um tio paterno de Luís de Camões, D. Bento de Camões, foi Prior Geral da Congregação dos Crúzios (de Santa Cruz) e Cancelário dos Estudos Universitários (o que seria, actualmente, um cargo algo similar ao de Reitor). O insigne poeta terá sido, seguramente, estudante de Coimbra. Ver os estudos de Isabel Rio Novo em "*Luís Vaz de Camões. Fortuna, Caso, Tempo e Sorte*", Contraponto, 2024.

[24] Foi precisamente nesse ambiente cultural e artístico que o Rei D. Manuel, logo no início do Séc. XVI, em 1502, determinou a reforma do belíssimo claustro de Santa Cruz, e, também ao ver como se encontravam sepultados naquela Igreja os nossos dois primeiros Reis (recorde-se que o Rei Afonso ali foi sepultado por sua vontade expressa em testamento), mandou erigir os exuberantes e extraordinários túmulos renascentistas que hoje se podem admirar na capela que é o Panteão dos monarcas (transladação ocorreu em 1520). Uma revolução cultural e urbana para a qual muito contribuíram homens como D. Jorge de Almeida que tinha vindo, precisamente, da Toscânia.

[25] Que no Séc. XIV teria uma quota mais baixa do que a actual.

[26] Tida por vários autores, como a mais ilustre *sala* da história de Portugal. Ver, a propósito, João Gouveia Monteiro, Hermano Saraiva e Veríssimo Serrão, entendimentos e obras antes citadas.

[27] Precisamente o Bispo de Coimbra não estava, porque defendia a causa de Castela, bem como os bispos de Viseu e de Silves.

[28] Fernão Lopes seria nomeado, em 1418, Arquivista Mor e Guarda das Escrituras da Torre do Tombo.

[29] Crónica de D. João I.

[30] Para mais desenvolvimentos, ver João Gouveia Monteiro "*Nuno Álvares Pereira. Guerreiro. Senhor Feudal. Santo, os três rostos do Condestável*", Manuscrito, 2017.

[31] Pombal havia dado ordem de expulsão dos jesuítas em 1759.

[32] Ver os estudos de Sousa Lamy, obra citada.

[33] O curso de bacharel (assim então designado) tinha a duração de 5 anos para Leis, Cânones, Teologia e Medicina, e de 4 anos para Filosofia e Matemática.

[34] Dos Tribunais.

[35] Que integra, ainda, uma impressionante galeria de História Natural, com muitos bens resultantes sobretudo das viagens e pesquisas exploratórias realizadas por investigadores no Brasil e em África a partir do Séc. XVIII até ao Séc. XX.

[36] Como tal designada a partir do mandato do Reitor D. Manuel Saldanha (1639-59).

[37] Conforme nos ensina João Gouveia Monteiro, professor da Universidade de Coimbra.

[38] Era Reitor D. António de Mendonça.

[39] Mandada erigir, em 1717, por D. João V para substituir a antiga *Casa da Livraria Universitária.*

[40] Extinta, como tal, em 1834.

[41] Conforme ensina, na sua apresentação, o ilustre Carlos Fiolhais, também ele catedrático em Coimbra.

[42] As paredes exteriores têm mais de 2,10 metros de espessura.

[43] Que ainda hoje pode ser vista no piso inferior.

[44] O espólio total da Biblioteca Geral é muito mais vasto, ascendendo a mais de 1,5 milhão de obras.

[45] Designada como *Bíblia de Abravanel*, cuja concepção terá sido realizada pelas oficinas dos calígrafos de Lisboa, encomendada por um mercador financiador judeu; haverá cerca de mais 18 em todo o mundo.

[46] Mas décadas antes terminada, em 1578 (não impressa por dificuldades de ordem económica), viria a ser publicada por Pedro Craesbeeck, com financiamento de Belchior de Faria.

[47] Esta sala tem um magnífico lambril azulejar, e uma colecção de cadeirões joaninos.

[48] Espaço adaptado pelo Reitor D. Nuno Silva Teles (1715-1718).

VIGIA DA HISTÓRIA ~ 147

DESCAMINHOS

Os descaminhos, sugestiva e quanto a mim mais adequada designação dada, durante largo período de tempo, ao que hoje correntemente só designamos por contrabando, constituindo uma quebra, por vezes com algum significado, das receitas do Estado, constituía uma preocupação constante da Coroa, razão pela qual era frequente a promulgação de legislação tendente ao seu combate, legislação essa que, por via de regra, se debruçava unicamente nas penas a aplicar aos culpados.

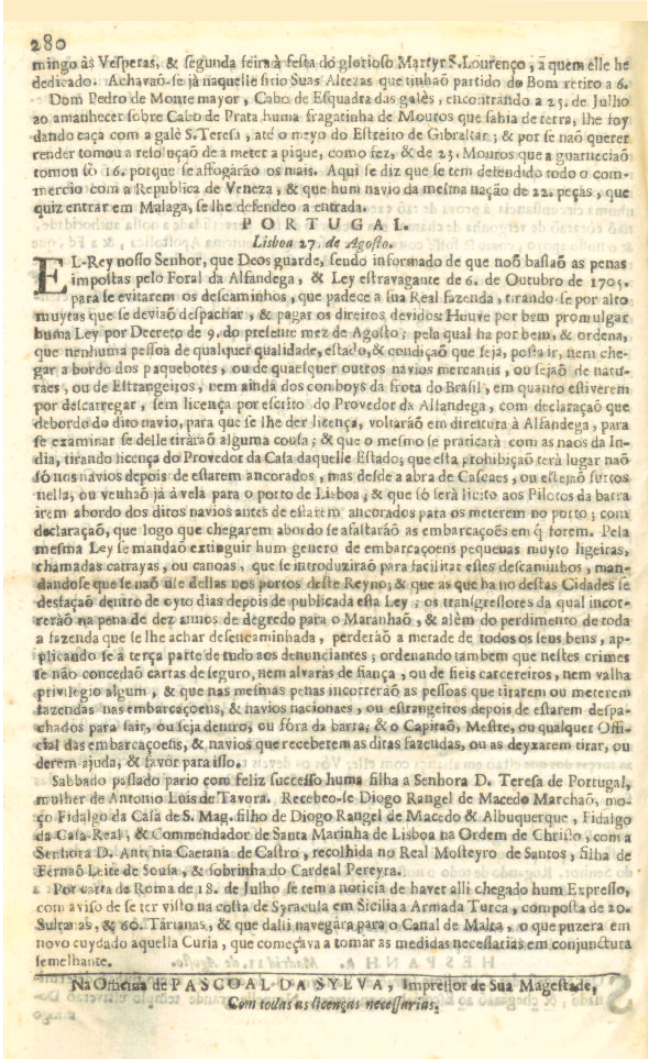
A *Gazeta de Lisboa*, periódico que se publicou, com algumas interrupções, do início do Séc. XVIII até ao início do seguinte, e que constitui uma fonte importante para o conhecimento da Marinha naquele período, no seu número de 27 de Agosto de 1722, transcreve uma Lei, aprovada por Decreto Real de 9 desse mês, cujo propósito se destinava ao combate dos descaminhos, que então se continuavam a verificar, pese embora as pesadas penas estabelecidas desde 1705. A Lei em causa, toda ela relacionada com a actividade marítima, o que não espanta se se pensar que a quase totalidade do comércio era então efectuado pelo mar, estabelecia, entre outras:

- A proibição de qualquer pessoa, independentemente da sua qualidade, condição ou estado, ir a bordo de qualquer navio, nacional ou estrangeiro, enquanto estivessem por descarregar, sem licença do Provedor da Alfândega. Todos os que para tal fossem autorizados teriam obrigatoriamente de regressar directamente à Alfândega, por forma a ser verificado se haviam tirado alguma coisa de bordo.

- A proibição em causa aplicar-se-ia não só quando os navios estivessem ancorados para descarregar, como também desde Cascais, sendo que neste caso seria permitida a ida a bordo do piloto da barra para meter o navio dentro, o qual não poderia, no entanto, ter qualquer contacto com terra (Recorde-se que então todo o tráfego marítimo do Brasil e da Índia só podia ser feito através do porto de Lisboa).

A Lei em causa estabelecia ainda uma imposição, a meu ver totalmente descabida, mas então considerada como adequada, cuja adopção só encontra justificação no desespero sentido quanto à inoperância no combate ao flagelo que os descaminhos constituíam.

Considerando que a construção de catraias e canoas só tinha como justificação a utilização dessas embarcações para a concretização dos descaminhos, o Rei determinava que todas as embarcações destes tipos, existentes em Lisboa e



280

mingo às Vesperas, & segunda feira à festa do glorioso Martyr S. Lourenço, a quem elle he dedicado. Achavão-se já naquelle sitio Suas Alteza que tinhão partido do Bom retiro a 6. Dom Pedro de Monte mayor, Cabo de Esquadra das galès, encontrando a 23. de Julho ao amanhecer sobre Cabo de Prata huma fragatinha de Mouros que sahia de terra, lhe foy dando caça com a galè S. Teresa, até o meyo do Estreito de Gibraltar; & por se não querer render tomou a resolução de a meter a pique, como fez, & de 23. Mouros que a guarneciáo tomou só 16. porque se affogarão os mais. Aqui se diz que se tem defendido todo o commercio com a Republica de Veneza, & que hum navio da mesma nação de 22. peças, que quiz entrar em Malaga, se lhe defendeo a entrada.

PORTUGAL.

Lisboa 27. de Agosto.

EL-Rey nosso Senhor, que Deos guarde, sendo informado de que não bastão as penas impostas pelo Foral da Alfandega, & Ley estravagante de 6. de Outubro de 1705. para se evitarem os descaminhos, que padece a sua Real fazenda, tirando se por alto muytas que se deviáo despachar, & pagar os direitos devidos: Houve por bem promulgar huma Ley por Decreto de 9. do presente mez de Agosto; pela qual ha por bem, & ordena, que nenhuma pessoa de qualquer qualidade, estado, & condição que seja, possa ir, nem chegar a bordo dos paquebotes, ou de quaesquer outros navios mercantis, ou sejáo de naturaes, ou de Estrangeiros, nem ainda dos comboys da frota do Brasil, em quanto estiverem por descarregar, sem licença por escrito do Provedor da Alfandega, com declaração que debordo do dito navio, para que se lhe der licença, voltarão em direitura à Alfandega, para se examinar se delle tirárão alguma cousa; & que o mesmo se praticará com as naos da India, tirando licença do Provedor da Casa daquelle Estado; que esta prohibição terá lugar não só nos navios depois de estarem ancorados, mas desde a abra de Caseaes, ou estejáo surtos nella, ou venhão já à vela para o porto de Lisboa; & que só terá licito aos Pilotos da barra irem abordo dos ditos navios antes de estarem ancorados para os meterem no porto; com declaração, que logo que chegarem abordo se assaltarão as embarcaçoes em q forem. Pela mesma Ley se mandáo extinguir hum genero de embarcaçoens pequenas muyto ligeiras, chamadas catrayas, ou canoas, que se introduzirão para facilitar elles descaminhos, mandandose que se não use dellas nos portos deste Reyno; & que as que ha no destas Cidades se destação dentro de oyto dias depois de publicada esta Ley; os transgressores da qual incorrerão na pena de dez annos de degredo para o Maranhão, & além do perdimento de toda a fazenda que se lhe achar descaminhada, perderão a metade de todos os seus bens, applicando se a terça parte de tudo aos denunciantes; ordenando tambem que nestes crimes se não concedão cartas de seguro, nem alvaras de fiança, ou de fieis carcereiros, nem valha privilegio algum, & que nas mesmas penas incorrerão as pessoas que tirarem ou meterem fazendas nas embarcaçoens, & navios nacionaes, ou estrangeiros depois de estarem despachados para sair, ou seja dentro, ou fóra da barra; & o Capitão, Mestre, ou qualquer Official das embarcaçoens, & navios que receberem as ditas fazendas, ou as deyxarem tirar, ou derem ajuda, & favor para isso.

Sabbado passado pario com feliz successo huma filha a Senhora D. Teresa de Portugal, mulher de Antonio Luis de Tavora. Recebeo-se Diogo Rangel de Macedo Marchão, moço Fidalgo da Casa de S. Mag. filho de Diogo Rangel de Macedo & Albuquerque, Fidalgo da Casa Real, & Commendador de Santa Marinha de Lisboa na Ordem de Christo, com a Senhora D. Antonia Caetana de Castro, recolhida no Real Mosteyro de Santos, filha de Fernão Leite de Souza, & sobrinha do Cardeal Pereyra.

Por carta de Roma de 18. de Julho se tem a noticia de haver alli chegado hum Expresso, com aviso de se ter visto na costa de Syracusa em Sicilia a Armada Turca, composta de 20. Sultanas, & 60. Tartanas, & que dalli navegára para o Canal de Malta, o que puzera em novo cuydado aquella Curia, que começava a tomar as medidas necessarias em conjunctura semelhante.

Na Officina de PASCOAL DA SYLVA, Impressor de Sua Magestade,
Com todas as licenças necessarias.

Imagem BLX – Hemeroteca Municipal de Lisboa

Cascais, deveriam ser destruídas no espaço de 8 dias após a publicação da Lei.

Se as violentas penas em que incorriam os autores dos descaminhos não conseguiram acabar com eles, também o propósito de acabar com as catraias e canoas não o terá conseguido, até porque não me custa a acreditar que a destruição deste tipo de embarcações ligeiras, felizmente no que à arqueologia naval diz respeito, não terá tido grande concretização.

Cmdt E. Gomes

N.R. *O autor não adota o novo acordo ortográfico*

DIA DO ESTAGIÁRIO | 5ª EDIÇÃO

ESCOLA DE FUZILEIROS

Realizou-se na Escola de Fuzileiros, no passado dia 23 de maio, a 5ª Edição do **Dia do Estagiário**, um evento que reuniu 28 participantes provenientes de diversas unidades da Marinha.

A iniciativa teve como principal objetivo fomentar o espírito de camaradagem e promover o intercâmbio de experiências entre os estagiários, proporcionando-lhes uma visão abrangente do quotidiano formativo e operacional de uma unidade da Marinha.

Ao longo do dia, os participantes envolveram-se numa dinâmica atividade de *team building*, assistiram a uma demonstração da equipa cinotécnica e exploraram a rica herança histórica da Marinha através de uma visita guiada ao Museu do Fuzileiro.

Este evento reforça o compromisso da Marinha em proporcionar experiências formativas enriquecedoras, promovendo a coesão e o desenvolvimento pessoal e profissional dos seus estagiários.

Colaboração da ***DIREÇÃO DE FORMAÇÃO***

Fotos SCH A Ferreira Dias

RENOVADAS
HISTÓRIAS DA BOTICA ~ 85

CHAPÉUS HÁ MUITOS...

"... ao invés dos príncipes encantados, ou com outras predestinações mágicas, em geral elegantes, belos e louros, aquele (príncipe) infundia pavor. Além de possuir um focinho horrendamente vermelho e achatado, ostentava duas compridíssimas orelhas de burro (...) Como já reparaste sou muito belo (explicou o príncipe). Sim tenho a pele branca como neve humana, o nariz quase grego (...) e sobretudo um par de orelhas minúsculas, encantadoras, dignas da estátua de Adónis...

O príncipe das orelhas de burro, in as Aventuras de João Sem Medo de José Gomes Ferreira

Vivemos hoje – no mundo e em Portugal também - num tempo de grande agressividade entre as pessoas. Para perceber isto basta viver, andar na rua... Poucos reconhecem os outros, o seu eu próprio – regra geral – é todo o poderoso e todo justificativo de qualquer ato. Existem muitos exemplos deste facto, ninguém diz bom dia, ou boa tarde ... as pessoas que não conhece... Quando alguém o faz, por boa educação, percebe-se imediatamente, só pode ser um louco sem regras e sem cultura: "pois nós não o conhecemos de lado nenhum" ... Enquanto isto é a norma pública, verifica-se que só os amigos das redes sociais contam, pois aí podemos certamente fazer parecer o nosso verdadeiro eu, ao ponto de verdadeiros monstros parecerem príncipes... com um convencimento e um desplante semelhantes ao príncipe-das-orelhas-de-burro, para os quais já a metáfora de José Gomes Ferreira, na citação acima, bem avisava, capazes de enganar, de todas as formas, os incrédulos e os emocionalmente vulneráveis. Exatamente os mesmos que se recusam a cumprimentar socialmente as pessoas com quem se cruzam na vida... pois não serão confiáveis...

Esta lógica infeta todos os atos e processos da nossa vida pública e privada. Uma vez que só o que vem na *internet* é verdadeiro, poucos, por exemplo, cumprem as indicações do médico – pois ele não tem visibilidade nas redes. Ou, melhor ainda, "existe aquele americano" que afirma que todos os medicamentos para contrariar a hipertensão são maus... o melhor é não tomar nada. O exemplo mais perverso deste mecanismo em atuação ocorreu (... e ocorre ainda), relativamente ao negacionismo relativo às vacinas. Estranhamente, são estas pessoas, que contraem a Covid atual, muito mais agressiva e com consequências agudas e crónicas absolutamente graves... Essa parte não merece muita publicidade, pois não se enquadra na cultura prevalecente atual de que quem estudou, quem tem um melhor conhecimento do assunto está, regra geral, sempre errado...

Vivemos hoje, consequentemente, num tempo de boçalidade generalizada, em que o "rei vai nu...", mas é pecado dizer

Autor: 2TEN TSN-ARQ Paulo Guedes

a verdade sobre este, ou aquele facto. A Marinha é em grande parte uma ilha, neste domínio, já que as pessoas ainda se cumprimentam e ainda se reconhecem mutuamente como camaradas e amigos. Na Marinha, a quem o *Doc* dedicou a sua alma, os mais velhos são sempre merecedores de respeito e os camaradas são amigos, com os quais partilhamos a nossa vida. Este desiderato era especialmente evidente a bordo dos navios, em que todos eram (... e são) necessários para atingir o bem comum: todos são fundamentais para cumprir a missão e, na maioria dos casos, ajudam no alívio da solidão, relativa à família e aos amigos de terra – que é tão típica de quem o mar conhece. Os amigos redefinem a palavra saudade. Por isso, perceberá o leitor anónimo, alguns amigos de bordo, ficam os amigos de uma vida. Este é – julga o *Doc* – o pináculo da vida naval, o cume do sentir marinheiro, que, como sabe a maioria dos leitores, é difícil explicar a terceiros... mesmo daqueles que são bem-intencionados...

É aqui que entra a Academia de Marinha, órgão inteiramente dedicado à cultura. Órgão sem par no meio militar, dedica-se inteiramente à cultura. Não se interessa – saberão muitos – pela cultura bacoca que se referiu acima, mas à cultura apresentada por peritos nas suas áreas e cientificamente correta. Mais ainda, abraça tudo o que é ligado ao mar, desde a história marítima, até às ciências físicas, bem representada, como exemplo paradigmático, pela investigação do nosso Instituto Hidrográfico – reconhecida internacionalmente.

Ora o *Doc*, sempre atento aos pormenores não escritos, que dão sabor à vida, reparou que, como noutras unidades militares, também na Academia de Marinha existe um uniforme distintivo. Trata-se de fato completo, com gravata a condizer. Se o tema da gravata for naval, melhor ainda, ainda que raros membros, prefiram a ousadia de um laço. Contudo, verificou o *Doc*, por detalhado método científico, que muitos dos membros da Academia usavam chapéu. Não um chapéu qualquer, como os "*baseball caps*" americanos, que conquistaram o mundo, mas sim artefactos de culto clássico. Exemplos daqueles adereços existem muitos entre os académicos, destacando-se um mítico "chapéu de coco", de tipo inglês, que não deixa dúvidas relativamente à cultura do seu possuidor. É toda uma linguagem nova...

Preocupado, o *Doc* ajeitou a sua indumentária para um modo clássico, engravatado. Verificou, ainda, que, lá em casa, só tinha um chapéu de abas de marca "Jacaru", comprado em *Darwin*, do tipo Indiana Jones Australiano. Talvez venha a usá-lo... Também se aprende na Marinha, que o Uniforme existe por isto mesmo, para tornar "uniforme" e distintivo os membros pertencentes a uma determinada organização, por oposição a outras. Neste sentido, sim, o chapéu fará sentido.

Existe, também um colar académico distinto e distintivo. Quando o usou, o *Doc,* recebeu vários comentários, de camaradas, digamos, menos conhecedores... Desde o jovial "É pá pareces um escanção" até a "és agora representante da Câmara Municipal", outros houve, que não cabem aqui... Teremos de perdoar esta ignorância, com o mesmo sorriso irónico de quem tem a ousadia de usar "chapéu de coco", nas ruas da Lisboa atual, com merecido orgulho...

Como diria Vasco Santana, "chapéus há muitos" ... O *Doc* está, assim, a considerar comprar um chapéu clássico, em casa especifica da baixa pombalina, muito recomendada... O seu chapéu é o desta Marinha, académica. Pergunta o paciente leitor anónimo, no presente panorama cultural do país, qual será o seu?

Doc

COMMAND SENIOR ENLISTED LEADER

21ª CONFERÊNCIA ANUAL

Entre os dias 26 e 29 de maio Portugal acolheu e organizou a 21ª Conferência Anual dos *Command Senior Enlisted Leader* (CSEL) dos países da NATO e parceiros 2025.

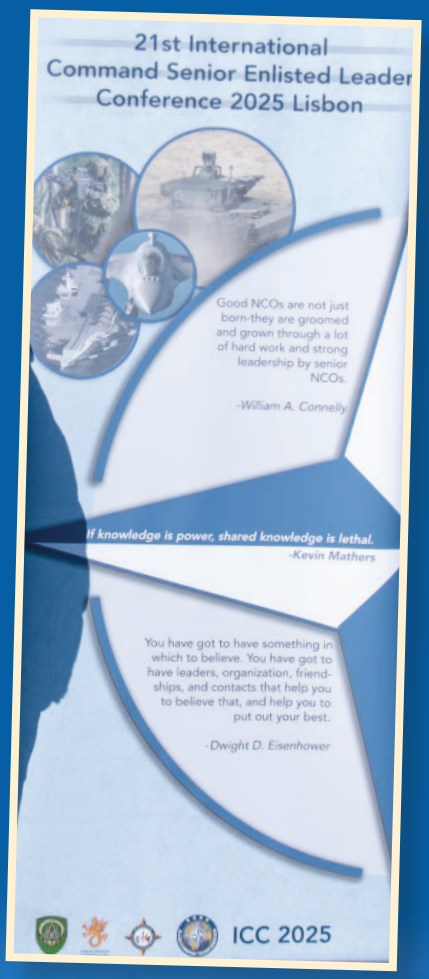
Na organização deste evento estiveram envolvidos o SMOR Jorge Serrano, Assessor do Almirante CEMA e AMN e o SMOR João Boaventura, Assessor do General CEMGFA, com o apoio dos *Allied Command Operations* (ACO); *Allied Command Transformation* (ACT) e *United States European Command* (EUCOM).

Nesta conferência foram abordadas diversas temáticas, nomeadamente as principais funções e o papel dos CSEL *Advisor's* dos Chefes Militares (SMOR Assessor) nos países da Aliança, a Formação, a Liderança e a Operacionalização do corpo de sargentos. Foi ainda abordada a identificação de propostas e validação de eventuais possibilidades de formação e unificação dos procedimentos para garantir os requisitos necessários para o desempenho de funções no seio da NATO e países parceiros.

Participaram por videoconferência, na qualidade de palestrantes, os Oficiais Generais comandantes do *Supreme Allied Commander Europe (SACEUR), General Cristopher Cavoli,* e do *Supreme Allied Commander Transformation (SACT), Almirante Pierre Vandier.*

Foi transmitido um agradecimento pela realização e apoio de Portugal para a *International CSEL Conference* (ICC), como também foi enaltecida a importância estratégica do corpo de Sargentos, através da sua liderança e conhecimentos, contribuindo para o aumento da prontidão e preparação das forças.

Estiveram presentes cerca de 104 Sargentos-mores de 37 países da NATO e países parceiros.



Pinto Serrano
SMOR C

Foto STEN TN (DSG) Eva Ferreira

QUARTO DE FOLGA

JOGUEMOS O BRIDGE

Nº 8

N joga 6♣ após a abertura de Este em 1♠ recebendo a saída ao A♠ seguido do R. Analise atentamente as 2 mãos e decida qual a melhor linha de jogo para cumprir o contrato.

NORTE (N)

♠	♥	♦	♣
9	R	-	A
	V		R
	9		V
	6		10
			9
			6
			4
			3

SUL (S)

♠	♥	♦	♣
V	A	R	7
10	4	D	2
5	3	7	
2		6	

Nascimento Coelho
Ex-CTEN AN

SOLUÇÃO DO PROBLEMA Nº 8

Temos à partida 10 vezes ganhantes: 8 a trunfo desde que os trunfos adversários estejam 2-1, o que é o caso (ou mesmo 3-0 se estiverem em Oeste – depois de jogar A♠ e verificar que os trunfos estão em Oeste, vai ao morto no A♥ e joga o último trunfo para a passagem à D, mas nesse caso perde imediatamente a entrada no morto de que vai necessitar mais tarde para conseguir cumprir o contrato, como veremos adiante) e 2 a Copas. Como poderemos conseguir as 2 vezes que faltam? Uma salta logo à vista: quando chegar o momento de ir ao morto no A♥ de seguida fazemos a passagem à D♥, solução arriscada já que foi Este que abriu mas que tem que ser tentada já que a passagem por Este muito dificilmente terá sucesso pois falta-nos o 10 para ganhar de imediato a terceira vaza a Copas. A boa notícia é que a D♥está mesmo em Oeste, por isso já temos 11 vazes garantidas. E agora, como encontrar a vaza que falta? Analisando as duas mãos só nos resta uma hipótese, usar a "manobra de Guillemard". De uma forma simplista, consiste em o declarante destrunfar até sobrar um trunfo no morto e outro num dos adversários, e esperar que esse adversário também esteja longo no seu (do declarante) segundo naipe mais longo, de modo a que possa usar o último trunfo do morto para cortar sem ser recortado. Concretizando, Norte começa por cortar o R♠ na sua mão com um pequeno Pau e joga o A♣, vendo cair a D em Este, 2 do morto e 5 de Oeste, o qual ficou portanto com o 8 a seguir ao 7 do morto. Agora, em vez de destrunfar uma segunda vez para eliminar os trunfos nos adversários, joga pequena Copa da mão para o A♥ do morto seguido de pequena Copa para o V, R♥ e última Copa perdente cortada no morto. Oeste tinha como sabemos o 8♣ mas tinha igualmente 4 cartas de Copas pelo que teve que assistir com a sua D♥ (se as Copas estivessem distribuídas 3-3 a última Copa do declarante ficava automaticamente apurada, pelo que já não era necessário usar esta manobra). Agora basta jogar uma qualquer carta do morto cortada na mão e tirar finalmente o último trunfo de Oeste, fazendo assim as 12 vazes prometidas: 8 trunfos da mão, 3 vazes a Copas e um corte a Copas no morto. Uma manobra arriscada, sem dúvida, mas que pode ser uma ferramenta poderosa para cumprir contratos quando se está curto em vazes. De notar finalmente que esta hipótese de colocar as necessárias 4 cartas de Copas em Oeste e não em Este tem igualmente uma razão lógica: tendo Este mostrado uma mão com pelo menos 5 cartas de Espadas, é maior a probabilidade de estar curto a Copas do que comprido.

SOPA DE LETRAS

Nº 25

- ABATER
- ABONAR
- BAIXIO
- BALIZA
- CABINDAS
- CAMBAR
- DESATINAR
- DESFERIR
- ELO
- ENFOGAR
- FANGA
- FAROL
- GARATEIA
- GATO
- CORSÁRIO
- CÚTER

A	E	N	C	U	T	O	I	R	Á	S	R	O	C
S	N	I	Ú	N	D	E	S	F	E	R	I	R	A
G	F	N	T	A	E	N	T	U	G	U	I	L	B
A	O	S	E	T	S	A	U	F	A	R	O	L	I
R	G	U	R	A	A	V	R	U	T	U	S	R	N
A	A	F	I	C	T	E	A	Z	O	S	T	A	D
T	R	A	O	A	I	G	B	I	N	T	U	N	A
E	U	N	N	O	N	A	M	L	I	N	A	O	S
I	S	G	S	L	A	R	A	Z	I	L	A	B	U
A	B	A	T	E	R	I	C	O	I	X	I	A	B

Dias Matias
SCH CM

SUDOKU

Nº 118

						8		
			5	6			3	2
				2				1
7	2		9					
					3		7	
8			1				4	3
	1		4	8	5			
	4							
2	6							5

FÁCIL

		8			7	2		3
		1		6		9		7
					5			
								9
2		6		5		1		
				3				
		4			8		1	
	8	5	9				2	6
	1				4			

DIFÍCIL

NOTÍCIAS PESSOAIS

NOMEAÇÕES

VALM José Rafael Salvado de Figueiredo, Comandante Naval • VALM Luís Pedro Pinto Proença Mendes, Chefe da Missão Militar Junto da Organização do Tratado do Atlântico Norte e da União Europeia • COM EN-MEC João Manuel Alves Marques da Costa, Diretor de Navios • COM EN-MEC José António de Brito Pereira Cavaco, Diretor de Infraestruturas • COM M Luís Miguel Cardoso Pércio Bessa Pacheco, Subdiretor de Navios • CFR M Vânia Filipa Guerreiro de Carvalho, Comandante do Agrupamento de Navios da Escola Naval • CFR M Pedro Fernando de Sousa Vieira, para o cargo de Comandante do Navio de Investigação Cientifica do Governo Regional dos Açores • CFR M Nuno Miguel Brazuna Ranhola, para o cargo «*TSC TTNX* 0200 – *Section Head* – COE *Coordination*», no *Supreme Allied Command Transformation Headquarters* (*SACT HQ*), em Norfolk, Estados Unidos da América • CFR M Sofia Vitoriano Saldanha Junceiro, para o cargo de Comandante do NRP *Zarco* • CFR M João Paulo Nogueira Madaleno Galocha, para o cargo «121.200.009 – Oficial de Ligação DELNATO 2», na Missão Militar junto da Nato e EU (*MILREP*), em Bruxelas, Bélgica • CFR M Pedro Manuel Ascensão Bismark de Melo, para o cargo «121.500.001 – Oficial de Ligação no Estado-Maior em Espanha», em Madrid, Espanha • CFR M Carlos Alberto dos Santos Fernandes, para o cargo «IMS NCI 0160 - *Staff Officer (Information Services*/Data LinK*)» no International Military Staff (*IMS*),* em Bruxelas, Bélgica • CTEN FZ Tiago André da Silva e Maia, para o cargo de Comandante da Unidade de Meios de Desembarque • CTEN Sérgio Filipe de Deus Pardal, para o cargo de Capitão do Porto de Tavira • 1TEN FZ Miguel Ângelo de Brito Araújo, Comandante do Destacamento de Apoio de Serviços em Combate • 1TEN M Hugo Miguel Gonçalves Freitas, para o cargo «ONN/S *MGC* 0090 – *Staff Officer Planning*» no *Standing Nato Maritime Group On* (*SNMGI*), embarcado no NAVIO *ALMIRANTE* • 2TEN FZ Yury Vladislavovich Orzhekhovskiy, para o cargo de Comandante do Destacamento de Fuzileiros Nº 1.

RESERVA

COM Armando Pereira da Costa Valente Tinoco • CMG M Pedro San Emetério Rodrigues • CMG EN-AEL José Manuel Matias de Freitas • CMG M José Pedro Ramos de Oliveira • CMG M Pedro Gil Miranda de Castro • CMG M Pedro José Xavier Matos da Encarnação • CFR AN António Paulo Calado Pinto • CFR AN Duarte Manuel Henriques da Costa • CFR TSN-LING Carla Maria Rodrigues Rolo • 1TEN TS-ENF Luís Miguel Ramos Nunes.

REFORMA

5177 VALM M Alberto Manuel Silvestre Correia •199580 2TEN TS José Manuel Santos dos Reis • 501883 SMOR MQ Rui Manuel Dias Pereira Fernandes Soares • 266184 SMOR V Pedro Lúcio Loureiro Justo • 241284 SCH ETC António Manuel Mateus Mestre • 324985 SCH H Paulo Jorge Rodrigues Pedrosa.

FALECIDOS

56768 ALM M REF José Carlos Torrado Saldanha Lopes • 273969 VALM M REF Agostinho Ramos da Silva • 57752 CMG ECN REF João Caiado Gago Falcão de Campos • 22654 CMG M REF Manuel Mário de Oliveira Seixas Serra • 14350 CMG M REF Manuel Monjardino Azevedo Gomes Nemésio • 144952 CMG M REF Virgílio Roma Pita Barros • 119051 CFR SEA REF Manuel Henriques • 125554 CFR SEF REF Josue Domingos Candeias • 24853 CFR M REF Henrique de Jesus Palma Ferreira Pinto • 625160 CTEN OT REF Lino João Martins dos Ramos • 306766 CTEN EMT REF João Paulo Gonçalves Bárcia • 352053 1TEN OT REF Joaquim José Policarpo • 404355 1TEN OTS REF Augusto de Sousa • 1050363 SMOR T REF António Manuel da Luz Chaveiro • 578659 SMOR FZ REF Salustiano da Silva Candeias • 747961 SMOR M REF Joaquim Machado de Oliveira • 827462 SMOR CM REF Manuel Pinto Pereira • 514758 SCH M REF Albertino Costa Henriques • 493658 SAJ M REF Adriano Pereira Cardoso Dias • 1059563 SAJ CE REF José Perico Quintiliano • 19475 SAJ FZ REF Idalécio Martins Correia • 456457 SAJ CM REF Ilídio Augusto da Paixão Serodio • 632660 SAJ MQ REF Manuel Coelho Velhinho • 311053 SAJ CM REF Armando dos Santos • 421756 SAJ CM REF António Almeida Coelho • 123744 1SAR TF REF José Romão Fernandes Caldeira • 195367 1SAR L REF Álvaro Mariano Aires • 94972 1SAR A REF Américo Lemos Gaspar • 134864 1SAR SE REF Alipio Rafael Pacheco dos Santos • 300348 1SAR M REF João Miguel Sequeira • 281255 1SAR FZ REF José Maria Luís • 23864 CAB L REF António Ulisses Ferreira Cadete • 661760 CAB TFD REF Manuel António dos Reis • 915562 CAB L REF José Duarte Costa • 337953 CAB TFD REF Francisco Henriques Pires • 763486 CAB FZ REF Luís Filipe dos Santos Costa • 842262 1MAR TFD REF Adriano Leitão Rodrigues • 118467 1GRT FZ-DFA REF Fernando Valente Maia • 31009775 AG 1CL PM APO Domingos da Silva Oliveira • 32000982 CHEFE-PEM QPMM APO Fernando de Jesus Gonçalo Martins • 34002160 CAB PON QPMM APO Francisco Eduardo Mico • 32008171 G. 1CL QPMM APO José Domingos Almeida Martins.

CULTURA MAR

PORTUGAL, UM LEGADO MARÍTIMO

PORTUGAL, A MARITIME LEGACY

AQUÁRIO VASCO DA GAMA
Onde o mergulho começa
VASCO DA GAMA AQUARIUM
Where the dive begins

BIBLIOTECA CENTRAL DE MARINHA
Navegue no conhecimento
CENTRAL NAVY LIBRARY
Navigate the knowledge

NÚCLEO MUSEOLÓGICO FRAGATA D. FERNANDO II E GLÓRIA
Uma viagem no tempo
MUSEUM CENTRE FRIGATE D. FERNANDO II E GLÓRIA
A time travel

MUSEU DE MARINHA
Um mundo de descobertas
MARITIME MUSEUM
A world of discoveries

PLANETÁRIO DE MARINHA
Mais perto do céu
NAVY PLANETARIUM
Closer to the sky

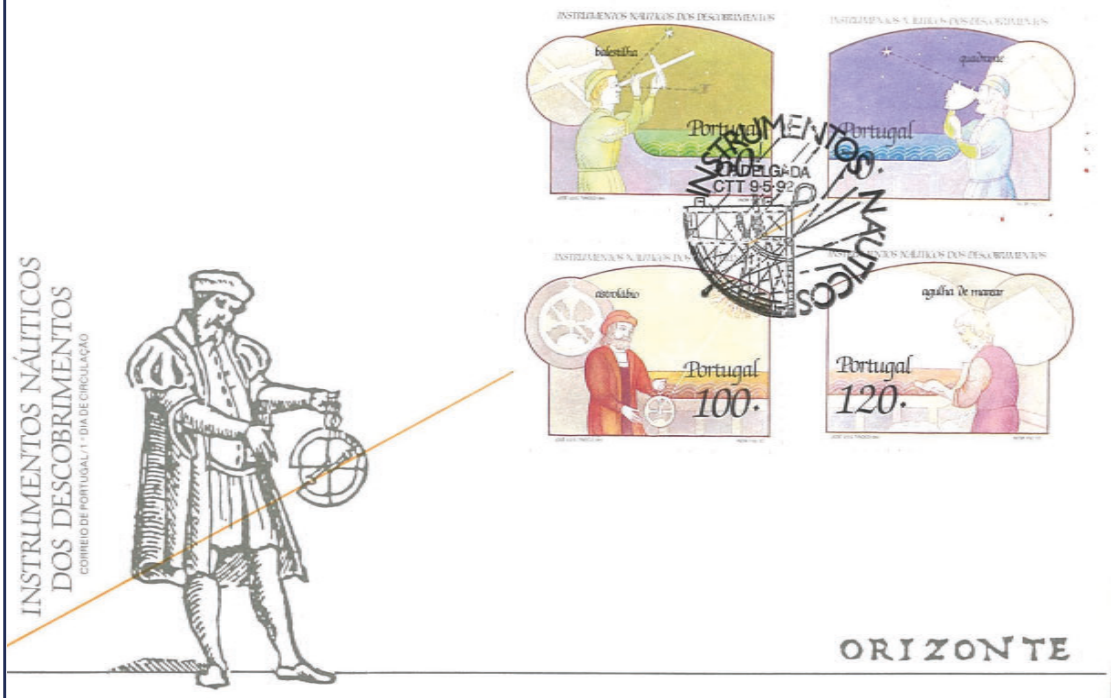
Marinha

cultura.marinha.pt/pt

comissaoculturaldemarinha

Marinha Portuguesa em Selos (XV)

Instrumentos Náuticos dos Descobrimentos (1.º grupo), 1992



Sobrescrito e carimbo de 1.º dia da emissão
Autor: José Luís Tinoco

Coleção CTT Correios de Portugal
Imagens cedidas por CTT Correios de Portugal e Fundação Portuguesa das Comunicações.

Horizonte é o nome do portal de **Inovação da Marinha Portuguesa**, uma plataforma desenvolvida para facilitar este processo e permitir a partilha e discussão de ideias e projetos.
A imagem é da autoria da 2TEN TN (DSG) Sofia Aguiar Ribeiro.

CTEN MN S. Henriques